



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.380.507/0001-79, torna público, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO**

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NA MODALIDADE CORRIDA DE RUA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE ESTRUTURA, LOGÍSTICA, SISTEMAS, MATERIAIS, SERVIÇOS E SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE DUAS PROVAS NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO.**

**VALOR ESTIMADO:**

**R\$ 267.315,00** (Duzentos e Sessenta e Sete Mil, Trezentos e Quinze Reais).

**ENDEREÇO ELETRÔNICO / PORTAL DE LICITAÇÕES:**

<https://www.licitanet.com.br/>

MODALIDADE DE LICITAÇÃO		INSTRUMENTO CONTRATUAL	
<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>		<b>TERMO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO</b>	
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP		REGIME DE EXECUÇÃO	
<b>NÃO</b>		<b>Empreitada por Preço Global</b>	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL	
<b>Menor Valor Global</b>	<b>Aberto</b>	<b>SIM</b>	
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	E-MAIL	TELEFONE	
<a href="https://ouopretodooeste.ro.gov.br/">https://ouopretodooeste.ro.gov.br/</a>	<a href="mailto:dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br">dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br</a>	<b>69 99388-8742 (apenas msg)</b>	
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO			<b>05/06/2026</b>
HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA (BRASÍLIA-DF)			<b>09 H</b>

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

<b>ANEXO I</b>	<a href="#">Termo de Referência</a>
<b>ANEXO II</b>	<a href="#">Declarações (Modelo Unificado).</a>
<b>ANEXO III</b>	<a href="#">Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital</a>
<b>ANEXO IV</b>	<a href="#">Minuta de Contrato</a>

**1. DO OBJETO E CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

**1.1.** O Termo de Referência (Anexo I) constitui parte integrante e indissociável deste Edital, prevalecendo suas especificações técnicas, critérios de aceitação, quantitativos e demais condições em caso de divergência interpretativa, observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

**1.2.** A descrição completa do objeto, incluindo especificações técnicas, quantitativos, critérios de aceitação, metodologia de execução e demais condições da contratação, encontra-se detalhada no Termo de Referência (Anexo I), o qual integra este Edital para todos os fins.

**1.3.** A licitação será dividida em lotes e/ou itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes e/ou itens forem de seu interesse.

**1.4.** As pesquisas de preços e estimativas de valor foram realizadas nos autos do processo administrativo, com base em critérios técnicos e fontes idôneas, sendo validadas pela Administração para fins de definição do valor estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**1.5.** O edital se encontra a disposição no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no Portal da Transparência do Município ([ouropretodoeste.ro.gov.br](http://ouropretodoeste.ro.gov.br)) e no **Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP**. A sessão pública será realizada através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) sendo considerado para todos os efeitos o **horário de Brasília – DF**. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado no Edital.

**1.6.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

**1.7.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

**1.8.** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos e conforme regras comerciais da plataforma.

**1.9.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, até o encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

**1.10.** O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

**1.11.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima designada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sítio Eletrônico ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), por meio de Certificado Digital.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Para os itens cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

**2.5.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**2.5.2.** A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, **está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.**

**2.5.2.1.** Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos

**2.5.3.** Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

**2.5.4.** Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, Microempreendedor Individual - MEI é uma modalidade de Microempresa – ME.

**2.6.** [Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional \(GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO\), até o limite de 10% \(dez por cento\) acima do melhor preço válido](#), nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no **Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025**, e nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

**2.6.1.** Conforme Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025: [“Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.”](#)

**2.6.2.** Nas licitações por **Sistema de Registro de Preço** ou por entregas parceladas, **a prioridade de aquisição será dos produtos das cotas reservadas**, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente

**2.7. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

**2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.7.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, considerando que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços comuns, disponíveis no mercado, não apresentando complexidade técnica, operacional ou vulto que justifique a formação de consórcio, sendo plenamente possível sua execução por empresa(s) de forma individual, sem prejuízo à competitividade do certame.

**2.7.9.1.** A vedação fundamenta-se na desnecessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras, bem como na ampla competitividade do setor, de modo que a participação individual das empresas é suficiente para assegurar a adequada execução do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame.

**2.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)

**2.8.** O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

**2.11.** O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** Apenas nos casos em que a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**3.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.1.** Nos lotes e/ou itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote e/ou item;

**3.6.2.** Nos lotes e/ou itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.12.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCE/2026**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Lance: O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital:

**I – Valor unitário**, quando a adjudicação se der por item;

**II – Valor global**, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

**4.1.2. Marca/Fabricante do produto ofertado**, quando aplicável, vedada a indicação de mais de uma marca para o mesmo item, salvo quando expressamente permitido no Termo de Referência;

**4.1.3. Descrição detalhada dos itens ofertados**, contendo todas as características necessárias à identificação do produto, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência;

**4.1.4.** Descrição detalhada dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto se assim determinar o edital;

**4.1.5.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro.

**4.5.** Caso o regime tributário da empresa implique o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o licitante deverá considerar, na formação de sua proposta, a carga tributária efetiva incidente sobre a contratação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a adequada composição do preço ofertado.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**4.8.** A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas, garantindo a qualidade dos produtos e promovendo, quando requerido, sua substituição, nos termos do edital e seus anexos.

**4.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.10.** Os licitantes deverão observar, na formulação de suas propostas, os valores estimados da contratação constantes do processo administrativo, bem como os parâmetros de mercado aplicáveis ao objeto, sob pena de desclassificação das propostas manifestamente inexequíveis ou com sobrepreço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

**ofertado deverá ser compatível com os valores de mercado e com o orçamento estimado da contratação.**

**4.11.** O descumprimento das disposições deste edital e da legislação aplicável sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

**5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6.** O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital, observando-se:

**I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;**

**II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.**

**Parágrafo único:** *O descumprimento da forma de apresentação do lance poderá ensejar a desclassificação da proposta, quando comprometer o julgamento objetivo ou inviabilizar a correta comparação entre as propostas.*

**5.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.8.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será informado no TR – Termo de Referência (Anexo I).

**5.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

**5.12.** Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.1.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido ou não se manifestar, o pregoeiro poderá solicitar ajuste ao licitante, no CHAT DE MENSAGENS para atualização do referido lance ou realizar a readequação dos valores arredondando-o PARA MENOS automaticamente no sistema, caso a licitante permaneça inerte.** A intervenção ocorre exclusivamente após o encerramento da fase de lances, no momento da aceitação e julgamento da proposta, não interferindo na dinâmica da disputa competitiva.

**5.14.2.** O ajuste limita-se à adequação das casas decimais para fins de compatibilização com as regras de registro do sistema eletrônico e execução orçamentária, tratando-se de vício sanável que não altera a substância ou a exequibilidade da proposta.

**5.14.3.** O arredondamento é realizado exclusivamente para menos, o que preserva o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa e não acarreta majoração do valor ofertado, respeitando a imutabilidade da proposta em desfavor da Administração, sendo o ato consignado pelo sistema na ata da sessão.

**5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16.** No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

**5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**5.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.19.2.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.20.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem:

**5.20.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.20.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com base em registros cadastrais disponíveis;

**5.20.3.** Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

**5.20.4.** Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**5.20.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado em que se localiza o Município licitante;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

**5.20.6.** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios acima, será realizado sorteio, de forma automática, pela plataforma eletrônica.

**5.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor estimado da contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.21.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.21.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.21.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

**5.21.4.** O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.21.5.** É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.22.** Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**6.2.** A consulta aos cadastros quanto aos eventuais impedimentos será verificada perante o **SICAF**, mantido pelo Executivo Federal. Caso esteja indisponível, poderão ser consultados outros sistemas cadastrais pertinentes, como **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, além de outros que estejam à disposição para consulta;

**6.2.1.** Poderá haver a substituição das consultas citadas no item 6.2, pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**6.3.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**6.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

**6.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1.** Contiver vícios insanáveis;

**6.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

**6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

**6.7.1.** A adoção de parâmetro objetivo para identificação de indícios de inexecuibilidade das propostas, especialmente o referencial de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do orçamento estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, sem comprometer a viabilidade da execução contratual.

**6.7.2.** Tal parâmetro encontra respaldo em boas práticas administrativas e em regulamentos amplamente utilizados na Administração Pública, notadamente a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que estabelece o referido percentual como indicativo de potencial inexecuibilidade, não como critério absoluto de desclassificação.

**6.7.3.** A utilização desse referencial visa conferir maior objetividade e segurança jurídica à atuação do agente de contratação, permitindo a identificação preliminar de propostas potencialmente incompatíveis com os custos de mercado, com o orçamento estimado e com as condições normais de execução do objeto.

**6.7.4.** Ressalta-se que o critério adotado não implica presunção absoluta de inexecuibilidade, constituindo apenas um indicativo para a realização de análise mais aprofundada, mediante diligência, em observância ao disposto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**6.7.5.** Nesse sentido, será assegurado ao licitante o direito de demonstrar a viabilidade de sua proposta, por meio da comprovação de que os custos envolvidos são compatíveis com os valores ofertados e de que existem condições econômicas específicas que justifiquem o preço apresentado, tais como ganhos de escala, condições comerciais diferenciadas, estratégias de mercado ou outros fatores legítimos.

**6.7.6.** A adoção desse parâmetro também se justifica como medida de mitigação de riscos contratuais, especialmente aqueles relacionados à inexecução, à baixa qualidade do objeto fornecido, à necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro indevido ou à rescisão contratual, situações que comprometem a eficiência administrativa e o interesse público.

**6.7.7.** Assim, o critério de 50% do valor estimado da contratação é adotado como ferramenta auxiliar de análise, compatível com o ordenamento jurídico vigente e com as boas práticas de governança nas contratações públicas, assegurando equilíbrio entre competitividade e exequibilidade.

**6.7.8.** Caso aplicável ao objeto da contratação, e quando houver decomposição de custos pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar planilha de custos compatível com sua proposta final.

**6.7.9.** Quando aplicável à natureza do serviço contratado, o licitante poderá ser instado a demonstrar parâmetros de produtividade adotados, exclusivamente quando tais informações forem relevantes para a verificação da exequibilidade da proposta.

**6.7.10.** Nos casos em que o objeto envolver prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, quando aplicável, deverão ser observadas as exigências específicas relacionadas à alocação de pessoal e composição de custos.

**6.8.** *Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. (O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexecuibilidade de preços, devendo a Administração, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei, dar à Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Acórdão 465/2024 – Plenário).*





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCE/2026**

**6.9.** Erros no preenchimento da proposta de preços ou planilha (quando for exigida) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta de preços poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7. DA FASE DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS**

**7.1. Disposições gerais**

**7.1.1.** A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

**7.1.2.** As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

**7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**7.2.1.** Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

- a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em sítio eletrônico oficial;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

**7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**7.3.1.** Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

**7.3.2.** Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

**7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**7.4.1.** A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

- a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;
  - a)** Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;
  - b)** Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.
  - c)** A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.
- b) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:
  - b.1** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCE/2026**

LG (Liquidez Geral)
$LG = (Ativo\ Circ. + Realizável\ em\ Longo\ Prazo) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$
SG (Solvência Geral)
$SG = (Ativo\ Total) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$
LC (Liquidez Corrente)
$LC = (Ativo\ Circulante) \div (Passivo\ Circulante)$

I- A licitante que obtiver qualquer **índice inferior a 1 (um)** será **inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

II- A análise da qualificação econômico-financeira considerará prioritariamente o último exercício social, sem prejuízo da avaliação comparativa dos exercícios anteriores.

III- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

**b.2. Capital mínimo** (licitantes constituídas a menos de um ano) ou **patrimônio líquido mínimo** (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

**7.4.2.** A exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer documentos aptos à verificação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, estando devidamente justificada no caso concreto.

**7.4.3.** A análise comparativa de demonstrações contábeis de exercícios distintos permite avaliar não apenas a situação financeira momentânea da empresa, mas também sua consistência operacional ao longo do tempo, possibilitando a identificação de oscilações relevantes, deterioração financeira ou riscos de descontinuidade na execução contratual.

**7.4.4.** A exigência adotada não extrapola os limites legais, tampouco configura restrição indevida à competitividade, representando medida proporcional, adequada e necessária à mitigação de riscos contratuais, em observância aos princípios da razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

**7.5. Justificativa para a exigência de Índices Econômico-Financeiros:**

**7.5.1.** A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como a apuração de índices financeiros, encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer elementos aptos a demonstrar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes da contratação.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

**7.5.2.** No presente caso, a exigência de demonstrações contábeis referentes a mais de um exercício social justifica-se em razão das características da contratação, notadamente:

- a-** Natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de eventos, com grande presença de público;
- b –** Risco associado à descontinuidade do serviço, com potenciais impactos à realização dos eventos públicos.

**7.5.3.** A análise de demonstrações contábeis de mais de um exercício social permite avaliar não apenas a situação econômico-financeira momentânea da empresa, mas também sua estabilidade e consistência ao longo do tempo, possibilitando a identificação de:

- I –** Variações relevantes na capacidade de liquidez;
- II –** Eventual deterioração da situação econômico-financeira;
- III –** Riscos de descontinuidade operacional;

**7.5.4.** A exigência dos índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Liquidez Corrente (LC)** e **Solvência Geral (SG)** tem por finalidade avaliar a capacidade do licitante de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo compatível com a natureza do objeto e amplamente adotada nas contratações públicas.

**7.5.5.** Os parâmetros adotados foram definidos em patamar mínimo e proporcional, limitando-se ao necessário para mitigar riscos de inexecução contratual, sem impor restrições indevidas à competitividade, em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa.

**7.5.6.** A Administração poderá realizar diligências e admitir justificativas técnicas e contábeis, de modo a evitar inabilitações automáticas, permitindo a avaliação individualizada da capacidade econômico-financeira das licitantes, conforme o caso concreto.

**7.5.7.** Dessa forma, a exigência de demonstrações contábeis e índices econômico-financeiros mostra-se tecnicamente justificada, adequada e necessária à garantia da execução contratual, não configurando restrição indevida à competitividade.

**7.5.8.** A eventual exigência de patrimônio líquido mínimo, limitada a até 10% do valor estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar que o licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

**7.5.9.** Tal exigência visa mitigar riscos de inadimplemento, descontinuidade no fornecimento e prejuízos à Administração, estando alinhada às boas práticas de gestão pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

**7.6. Regras Específicas para Empresas Optantes pelo Simples Nacional e demais regimes tributários**

**7.6.1.** Empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de abril do ano subsequente, desde que a obrigatoriedade de apresentação já estivesse vigente na data de abertura do certame, assegurando-se o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à segurança jurídica.

**7.6.2. Empresas não enquadradas no Simples Nacional**, abrangendo aquelas sujeitas ao Lucro Presumido ou ao Lucro Real, poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de junho do ano subsequente ao encerramento do exercício, desde que tal condição já estivesse vigente na data de abertura do certame, preservando-se a isonomia entre os concorrentes e a adequação da exigência à realidade fiscal dos distintos regimes tributários.

**7.6.3.** As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade.

**7.6.4.** Empresas constituídas no exercício corrente deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação aplicável.

7.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

## **7.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

7.7.1. **Atestado(s) de capacidade técnica:** para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, natureza e complexidade com o objeto desta contratação.

7.7.1.1. Consideram-se serviços compatíveis aqueles que envolvam a prestação de serviços de organização e execução de eventos esportivos, incluindo, quando aplicável, cronometragem, montagem de estrutura e apoio operacional em eventos similares;

7.7.1.2. Os atestados deverão conter a identificação do contratante; informações suficientes para a verificação da compatibilidade, tais como: descrição dos serviços, quantitativos executados e período de execução, quando disponíveis.

7.7.1.3. Será admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

7.7.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.8. Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

a) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome dela, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

7.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.11. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.12. Não se aplica o disposto neste item, considerando que a participação de empresas em consórcio não é admitida neste certame, conforme item 2.7.9 deste edital.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

**7.13.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.

**7.14.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.15.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.16.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.17.** O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.18.** A habilitação do licitante (anexada no Habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

**7.19.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**7.20.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.20.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.21.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.21.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.21.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.22.** A unificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.22.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEM CET/2026**

**7.22.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.23.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/2021, art. 64, e IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 39, §4º):

**7.23.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.23.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.23.3.** Apresentação de documentos comprobatórios de condição já atendida pelo licitante no momento da apresentação da proposta, mas que, por erro ou falha material, não foram juntados inicialmente e sua apresentação posterior seja necessária para resguardar o interesse público (Acórdãos TCU nº 1211/2021 e nº 988/2022).

**7.24.** Na análise dos documentos de habilitação, o agente responsável pela condução da licitação poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.25.** O licitante deverá encaminhar os documentos solicitados em sede de diligência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da respectiva notificação realizada através do sistema.

**7.25.1.** A critério do pregoeiro/agente de contratação, poderá ser concedida prorrogação justificada, desde que solicitada pelo licitante dentro do prazo original e devidamente motivada, observando-se os princípios da razoabilidade, competitividade e interesse público.

**7.25.2.** Caso a diligência seja atendida de forma satisfatória antes do término do prazo concedido, o pregoeiro/agente de contratação poderá dar por encerrado o período de diligência e prosseguir com a análise do certame.

**7.26.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.27.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.28.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.29.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**7.30.** Os arquivos ref. a documentação de habilitação devem ser anexados na Plataforma de Licitações, preferencialmente, **no formato PDF (modo retrato) e SEGUINDO A ORDEM SEQUENCIAL ABAIXO:**



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCE/2026**

2	<b>ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR</b> , devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCME, cuja verificação da autenticidade no sítio <a href="http://www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a> .
3	<b>DOCUMENTO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO, SÓCIO ADMINISTRADOR OU PROCURADOR DA EMPRESA</b> (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.
4	<b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.</b>
5	<b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS;</b>
6	<b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA LICITANTE.</b>
7	<b>CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF).</b>
8	<b>CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA</b> EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DO FORO OU CARTÓRIO DA SEDE DA LICITANTE.
9	<b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA (CNDT).</b>
10	<b>BALANÇO PATRIMONIAL DOS 02 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (conf. Item 7.4.1. a 7.6.7, deste edital)</b>
11	<b>DECLARAÇÕES UNIFICADAS (CONFORME MODELO – ANEXO II DO EDITAL)</b>
<b>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</b>	
<b>Atestado(s) de capacidade técnica:</b> para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, natureza e complexidade com o objeto desta contratação.	

**OBS:** As certidões que não constarem especificamente sua data de validade, serão aceitos com data de emissão de no máximo **120 dias**.

**NOTA EXPLICATIVA**

- *Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.*
- *Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.*

*Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.*

**8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação dos atos ou da lavratura da ata, quando



**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

esta substituir a intimação.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos, conforme parametrização do sistema eletrônico utilizado.

**8.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo município.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente instruído, a qual deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso terá efeito suspensivo nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando versar sobre habilitação, julgamento das propostas ou outros atos cuja continuidade possa comprometer o resultado do certame, cabendo à autoridade competente avaliar a extensão do efeito suspensivo, quando aplicável.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

- 9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra, **quando exigida no Termo de Referência;**
- 9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, **quando aplicável;**
- 9.1.3.** Não formalizar a contratação ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço (quando for o caso), a aceitar a Nota de Empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5.** Fraudar a licitação;
- 9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** Advertência;
- 9.2.2.** Multa;
- 9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será aplicada no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento), incidente





**ESTADO DE RONDÔNIA**

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCE/2026**

sobre o valor da obrigação inadimplida, podendo, quando não for possível sua mensuração, incidir sobre o valor estimado da contratação, conforme o caso, devendo ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1.** A multa moratória será aplicada no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

**9.4.1.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho

**9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor estimado da contratação, do contrato ou da Nota de Empenho

**9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato, aceitar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste edital e na legislação aplicável, inclusive à perda da garantia de proposta, quando houver previsão expressa no instrumento convocatório.

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo



**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo à autoridade competente avaliar sua aplicação conforme a natureza da sanção e os efeitos da decisão recorrida.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**9.15.** Para garantia do contraditório e da ampla defesa, as notificações serão realizadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo Município e, subsidiariamente, por meio eletrônico (e-mail) informado pelo licitante, ou outro meio oficial adotado pela Administração.

**9.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do pedido, observado o limite do último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados, na forma eletrônica, por meio do sistema de licitações utilizado pelo Município, no endereço indicado neste edital, em campo específico.

**10.4.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem, em regra, os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional, devidamente motivada pelo agente de contratação, quando necessária à preservação da legalidade e da isonomia do certame.

**10.5.** Acolhida a impugnação, total ou parcialmente, será promovida a adequação do edital e, quando necessário, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**11.1.** A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

**11.1.1.** Provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública ou quando for anulada a própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

**11.1.2.** Identificação de erro na aceitação da proposta classificada em primeiro lugar;

**11.1.3.** Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável;

**11.1.4.** Outras situações supervenientes que justifiquem a retomada da sessão, devidamente motivadas pelo pregoeiro.

**11.2.** Nos casos previstos neste item, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

encerramento da etapa de lances.

**11.2.** Todos os licitantes remanescentes serão convocados com antecedência por meio do sistema eletrônico utilizado na licitação, para acompanhar a sessão reaberta, sendo de responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das comunicações realizadas no referido sistema.

**12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e após a análise e decisão dos recursos administrativos eventualmente interpostos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que deverá verificar a regularidade dos atos praticados, podendo:

- I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II – Anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade;
- III – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificado; ou
- IV – Adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

**12.2. Parágrafo único.** A adjudicação e a homologação somente serão realizadas após a verificação da regularidade do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

**13. DO TERMO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO**

**13.1.** Após a homologação e adjudicação do certame, a contratação será formalizada mediante celebração de Termo de Contrato, nos termos dos arts. 89 a 95 da Lei nº 14.133/2021, acompanhado da respectiva Nota de Empenho da despesa.

**13.2.** O adjudicatário será convocado para assinar o Termo de Contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, podendo esse prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

**13.3.** A convocação para assinatura do contrato poderá ocorrer por meio eletrônico, sendo admitida assinatura digital, nos termos da legislação aplicável.

**13.4.** A assinatura do Termo de Contrato e a emissão da correspondente Nota de Empenho formalizam a contratação administrativa, implicando:

- I – Constituição do vínculo jurídico entre as partes;
- II – Vinculação da contratação ao Edital, ao Termo de Referência, à proposta vencedora e à legislação aplicável;
- III – Obrigação de execução dos serviços nas condições, prazos e especificações estabelecidos;
- IV – Sujeição às hipóteses de alteração, sanções, extinção contratual e demais disposições previstas na Lei nº 14.133/2021.

**13.5.** A Nota de Empenho constitui documento de suporte orçamentário e financeiro da contratação, não substituindo o Termo de Contrato quando este for obrigatório em razão da natureza contínua ou da complexidade dos serviços contratados.

**14. DO LOCAL, PRAZO E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS / PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**14.1.** A execução do objeto observará integralmente as condições, especificações técnicas, prazos, quantitativos e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência.

**14.2.** Os serviços consistem na organização, execução e apoio operacional de evento esportivo do tipo corrida, conforme programação, cronograma e definições constantes no Termo de Referência.

**14.3.** A execução ocorrerá nos locais previamente definidos pela Administração Municipal, conforme indicação no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

**14.4.** A contratada deverá disponibilizar todos os recursos materiais, operacionais, logísticos e humanos necessários



**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

à adequada realização do evento, observando os padrões de qualidade, segurança e regularidade exigidos pela Administração.

**14.5.** Os serviços deverão ser executados nos prazos definidos no cronograma do evento e nas ordens de serviço eventualmente emitidas pela Administração.

**14.6.** As condições detalhadas de execução, incluindo local, cronograma, metodologia de execução, especificações técnicas e demais exigências, encontram-se descritas no Termo de Referência (Anexo I), que integra este Edital para todos os fins.

**15. DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Termo de Referência e do respectivo Termo de Contrato.

**15.2.** Compete ao fiscal do contrato, sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando a conformidade com o Termo de Referência, proposta da contratada, cronograma do evento e disposições contratuais;

II – Verificar a adequada prestação dos serviços relacionados à organização, logística, apoio operacional, estrutura e demais obrigações assumidas pela contratada;

III – Registrar ocorrências, falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais identificados durante a execução;

IV – Solicitar correções, ajustes ou substituições necessárias à adequada execução dos serviços;

V – Atestar a execução dos serviços para fins de recebimento e pagamento;

VI – Proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto, quando atendidas as exigências contratuais.

**15.3.** O acompanhamento e a fiscalização exercidos pela Administração não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada pela execução dos serviços, inclusive quanto à qualidade, segurança, regularidade e cumprimento das obrigações assumidas.

**15.4.** A contratada deverá prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela fiscalização, bem como facilitar o acompanhamento da execução contratual durante todas as etapas do evento esportivo.

**16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas no Termo de Referência e na respectiva Nota de Reserva Orçamentária, observada a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração.

**17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**17.1.** A liquidação da despesa será realizada após a execução dos serviços e o recebimento definitivo do objeto, mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Termo de Contrato e na legislação aplicável.

**17.2.** O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, mediante apresentação de documento fiscal válido, devidamente atestado pelo fiscal do contrato ou servidor responsável pela fiscalização da execução.

**17.3.** Para fins de pagamento, a contratada deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas na contratação, conforme legislação aplicável.

**17.4.** O pagamento observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

**17.5.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, em conta corrente de sua titularidade, observados os procedimentos administrativos e financeiros da Administração Municipal.

**17.6.** Eventuais glosas, retenções ou suspensões de pagamento poderão ocorrer nas hipóteses de descumprimento contratual, irregularidades na execução dos serviços ou inconsistências na documentação apresentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando cabível.

**17.7.** As condições detalhadas de liquidação e pagamento, incluindo prazos, critérios de medição, documentação exigida e demais requisitos, encontram-se estabelecidas neste Termo de Referência e no Termo de Contrato.

**18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

**18.1.** As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE encontram-se detalhadamente estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, os quais integram a presente contratação para todos os fins legais.

**18.2.** A execução contratual deverá observar integralmente as condições, prazos, especificações técnicas e demais exigências previstas nos documentos da contratação.

**18.3.** Eventuais omissões ou dúvidas relativas à execução do objeto serão resolvidas pela Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

**19. DO CONTRATO, CLÁUSULAS, INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**19.1.** A contratação decorrente deste certame será formalizada mediante Termo de Contrato, acompanhado da respectiva Nota de Empenho, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**19.2.** As cláusulas contratuais, condições de execução, fiscalização, obrigações das partes, prazos, forma de pagamento e demais disposições aplicáveis constam no Termo de Referência e no Termo de Contrato, que integram o presente procedimento para todos os fins legais.

**19.3.** A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas neste Edital, no Termo de Contrato e na Lei nº 14.133/2021.

**19.4.** A extinção contratual poderá ocorrer nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**19.5.** O Termo de Contrato e a Nota de Empenho vinculam a contratada às condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na proposta apresentada.

**20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1.** O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. A não apresentação das informações ou documentos solicitados no prazo estabelecido poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme o caso.

**20.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**20.2.1.** Na análise da documentação e no julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou profissionais especializados, quando necessário.

**20.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 33/2026**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMCET/2026**

**20.4.** Todas as referências de tempo no edital, aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**20.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**20.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**20.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente na Administração.

**20.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**20.10.** Em caso de divergência entre as disposições deste edital e de seus anexos, prevalecerão aquelas constantes do Termo de Referência quanto às especificações técnicas do objeto, e as demais disposições do edital quanto às regras procedimentais.

**20.11.** *O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no portal de licitações Licitanet: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal da Transparência do Município: <https://ouopretodoeste.ro.gov.br/>.*

**21. DO FORO**

**21.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta licitação e dos atos dela resultantes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Ouro Preto do Oeste, maio de 2026.**

Emersson Douglas Xavier da Fonseca  
Assessor Especial – SEMCET







# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Edital de Pregão Eletrônico</b>	<b>33</b>	<b>19/05/2026</b>

ID: <b>1598523</b>	Processo	Documento
CRC: <b>DCADB4BB</b>		
Processo: <b>1-1567/2026</b>		
Usuário: <b>Selmo da Costa Simoura</b>		
Criação: <b>19/05/2026 10:39:20</b>	Finalização: <b>19/05/2026 10:51:47</b>	

MD5: **0C62709B3970470E614FFE67515664FE**

SHA256: **C9643E1E5C6EE2F7F5E56B04A001F2DCA23A1311FB996B62E8AF363841B663FE**

Súmula/Objeto:

**Edital de Pregão Eletrônico - 33/2026.**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	19/05/2026 10:39:20
--	---------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	19/05/2026 10:39:20
---	---------------------


### ANEXOS

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA Proc. Adm. nº 1567/2026	19/05/2026	1598286
ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA Proc. 1567/2026	19/05/2026	1598481
ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA Proc. 1567/2026	19/05/2026	1598486
Minuta de Contrato Anexo IV	14/05/2026	1595054
Modelo de Proposta Layout Camisetas	13/05/2026	1593076
Modelo de Proposta Faixa da Medalha	13/05/2026	1593087
Modelo de Proposta Faixa Chegada	13/05/2026	1593093
Modelo de Proposta Backdrop	13/05/2026	1593097
Modelo de Proposta Portal da Largada e Chegada	13/05/2026	1593103
Modelo de Proposta Sacola Plástica Kit	13/05/2026	1593452
Modelo de Proposta Número de Peito - Chip	13/05/2026	1593579
Modelo de Proposta Medalha e Troféu	13/05/2026	1593167

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	19/05/2026 11:04:13
--	------------------------------------	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

	Juan Alex Testoni	Prefeito (a)	19/05/2026 11:08:32
--	-------------------	--------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1598523 e o CRC DCADB4BB.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução e operacionalização de eventos esportivos na modalidade corrida de rua**, incluindo o fornecimento de estrutura, materiais, equipamentos, sistemas, serviços e suporte técnico necessários à realização de 02 (duas) corridas de rua no Município de Ouro Preto do Oeste/RO, no exercício de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

**Parágrafo único:** Registra-se que eventos com características semelhantes ao objeto desta contratação já foram realizados anteriormente pela Administração, por meio do Processo Administrativo nº 2041/2025, Pregão nº 38/2025, evidenciando a recorrência da demanda e a necessidade de sua continuidade.

**1.1.1** O objeto caracteriza-se como **serviço comum**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento e seus anexos, conforme abaixo especificado:

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UND	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
01	672.019.001	<b>Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, execução e operacionalização de eventos esportivos na modalidade corrida de rua</b> , incluindo o fornecimento de estrutura, logística, sistemas, materiais, serviços e suporte técnico necessários à realização de duas provas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO, no exercício de 2026, com atendimento estimado de até 2.300 participantes.  (O detalhamento dos itens, quantitativos estimados, especificações e a definição das responsabilidades entre a Administração e a contratada encontram-se dispostos no <b>Anexo I – Planilha de Itens, Quantitativos e Responsabilidades</b> , o qual integra este Termo de Referência para todos os fins.)	Serv	01	267.315,00	267.315,00
<b>TOTAL GERAL R\$</b>						<b>267.315,00</b>
<b>INTERVALO MIN. DE LANCES R\$</b>						<b>0,20</b>

**OBS:** A oferta de preços superfaturados em licitações com base no valor orçado pelo órgão licitante é uma prática ilegal que pode gerar diversas penalidades ao licitante infrator, que vão desde a exclusão da licitação até a responsabilização civil e criminal. Por isso, é importante que as empresas que participam de licitações observem a legislação e ofereçam preços compatíveis com os valores de mercado.

**1.1.2.** Na Proposta final, deverá ser informado individualmente o valor de cada item do anexo I.

**1.2 PRAZO DE CONTRATAÇÃO**





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**1.2.1.** O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**1.2.2.** A vigência contratual compreende o período necessário à execução integral do objeto, incluindo:

- ✓ planejamento;
- ✓ realização dos eventos;
- ✓ atividades pós-evento (relatórios, prestação de contas e encerramento).

**1.2.3.** O prazo de execução de cada evento será definido no plano de trabalho apresentado pela contratada e aprovado pela Administração, devendo contemplar todas as etapas operacionais, desde o planejamento até o encerramento.

**1.2.4.** A presente contratação **não se caracteriza como serviço contínuo típico**, tratando-se de execução por eventos previamente definidos no calendário institucional, ainda que inseridos em política pública permanente.

**1.2.5.** A prorrogação contratual poderá ocorrer, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

- I – haja interesse da Administração;
- II – seja demonstrada a vantajosidade;
- III – haja manutenção da necessidade da contratação;
- IV – exista disponibilidade orçamentária;
- V – a contratada mantenha as condições de habilitação.

**1.2.6.** Eventual prorrogação não implica ampliação automática do objeto, devendo eventual nova execução de eventos ser devidamente justificada no processo administrativo.

**1.2.7.** Os preços contratados poderão ser reajustados, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta.

**1.2.8.** Encerrado o procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, prorrogável por igual período, mediante justificativa, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

**2.1.** A presente contratação fundamenta-se no atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como nas diretrizes institucionais de promoção do esporte, lazer, saúde e integração social no âmbito do Município de Ouro Preto do Oeste/RO.

**2.2.** A necessidade administrativa decorre da demanda formalizada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SEMCET, consubstanciada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e devidamente analisada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que identificaram a necessidade de assegurar condições adequadas para a realização de eventos esportivos na modalidade corrida de rua no exercício de 2026.

**2.3.** As corridas de rua constituem ação institucional já consolidada no calendário municipal desde o exercício de 2023, apresentando crescimento contínuo da participação popular, evidenciado pelo aumento do número de





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

inscritos, esgotamento antecipado das vagas e ampliação da presença de público, conforme registros administrativos constantes nos autos.

**2.4.** O problema administrativo identificado consiste na necessidade de estruturar, de forma adequada, segura e proporcional ao porte dos eventos, a realização das corridas de rua previstas para o exercício de 2026, considerando:

- I – a utilização temporária de vias públicas;
- II – a concentração significativa de participantes e público;
- III – a complexidade logística e operacional do evento;
- IV – a necessidade de controle, monitoramento e organização técnica das atividades;
- V – as exigências relacionadas à segurança, saúde e ordenamento urbano.

**2.5.** A ausência de contratação de solução adequada poderá acarretar:

- I – riscos à integridade física dos participantes e do público;
- II – desorganização do evento e falhas operacionais;
- III – comprometimento da política pública de incentivo ao esporte;
- IV – prejuízos à imagem institucional do Município;
- V – impossibilidade de execução adequada das atividades previstas no calendário oficial.

**2.6.** A análise realizada no ETP demonstrou que a execução direta pela Administração se mostra inviável ou insuficiente, em razão da inexistência de estrutura técnica, operacional e logística compatível com a complexidade dos eventos, especialmente no que se refere a:

- I – sistemas de inscrição e controle de participantes;
- II – cronometragem eletrônica e apuração de resultados;
- III – montagem de infraestrutura especializada;
- IV – coordenação técnica e operacional integrada.

**2.7.** Nesse contexto, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a solução mais adequada para assegurar:

- I – padronização dos serviços;
- II – eficiência operacional;
- III – mitigação de riscos;
- IV – cumprimento de requisitos técnicos e de segurança;
- V – atendimento ao interesse público.

**2.8.** A contratação está alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA/2026, garantindo compatibilidade com o planejamento institucional e observância do princípio do planejamento previsto na legislação vigente.

**2.9.** A solução adotada não implica inovação indevida ou direcionamento, tratando-se de prática consolidada na Administração Pública, com ampla disponibilidade no mercado e padrões técnicos definidos, caracterizando o objeto como serviço comum.

**2.10.** Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária, adequada e proporcional para viabilizar a execução dos eventos esportivos planejados, assegurando qualidade, segurança, eficiência e atendimento às demandas da população.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### **3.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução e operacionalização de eventos esportivos na modalidade corrida de rua, com execução integrada de todas as etapas necessárias à realização de 02 (duas) provas no exercício de 2026. O detalhamento dos itens, quantitativos estimados, especificações e a definição das responsabilidades entre a Administração e a contratada encontram-se dispostos no Anexo I – Planilha de Itens, Quantitativos e Responsabilidades, o qual integra este Termo de Referência para todos os fins.**

**3.1.2.** A solução contempla, de forma indissociável e coordenada, o fornecimento de:

- ✓ estrutura física;
- ✓ materiais e equipamentos;
- ✓ sistemas de apoio;
- ✓ serviços técnicos especializados;
- ✓ logística operacional completa.

**3.1.3.** A execução deverá ocorrer de forma integrada, sob responsabilidade da contratada, garantindo:

- ✓ padronização dos serviços;
- ✓ eficiência operacional;
- ✓ segurança dos participantes;
- ✓ controle e monitoramento das atividades.

### **3.2. Do ciclo de vida do objeto**

**3.2.1.** O ciclo de vida do objeto compreende todas as etapas necessárias à realização dos eventos, desde o planejamento até o encerramento, devendo a contratada executar, no mínimo, as seguintes fases:

#### **I – Planejamento e organização**

- a) elaboração de plano de trabalho detalhado;
- b) definição do cronograma físico e operacional;
- c) planejamento logístico;
- d) articulação com a Administração para alinhamento das diretrizes;
- e) obtenção de autorizações e licenças necessárias.

#### **II – Gestão de inscrições e participantes**

- a) disponibilização de sistema eletrônico de inscrições;
- b) controle de dados dos participantes;
- c) suporte e atendimento aos inscritos;
- d) organização das listas de participação.

#### **III – Preparação e estruturação**

- a) fornecimento e organização dos kits dos participantes;
- b) montagem da infraestrutura física;
- c) instalação de equipamentos e sistemas;





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

- d) sinalização e delimitação do percurso;
- e) organização dos pontos de apoio.

### **IV – Execução do evento**

- a) operação integral da corrida;
- b) controle do fluxo de participantes;
- c) cronometragem eletrônica individual;
- d) suporte técnico e operacional;
- e) comunicação e orientação ao público;
- f) execução da premiação.

### **V – Pós-evento**

- a) desmontagem da estrutura;
- b) consolidação e divulgação dos resultados;
- c) apresentação de relatório técnico;
- d) registro das ocorrências relevantes.

### **3.3. Dos elementos da solução**

**3.3.1.** A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes elementos, dimensionados conforme o porte de cada evento:

- a) sistema de inscrição e gestão de participantes;
- b) sistema de cronometragem eletrônica com controle individual de tempo;
- c) kits dos atletas (identificação, vestuário e medalha);
- d) estrutura física de largada e chegada;
- e) sinalização e organização do percurso;
- f) sistema de sonorização e comunicação;
- g) hidratação e suporte alimentar;
- h) premiação por categorias;
- i) seguro de acidentes pessoais para os participantes;
- j) banheiros químicos e estrutura de apoio;
- k) equipamentos de suporte logístico;
- l) serviços técnicos especializados necessários à execução.

**3.3.2.** Os elementos deverão atender a padrões mínimos de qualidade compatíveis com eventos esportivos de médio porte, observando boas práticas de mercado.

### **3.4. Da divisão de responsabilidades**

**3.4.1.** Compete à CONTRATADA:

- ✓ execução integral dos serviços;
- ✓ fornecimento de estrutura, materiais e sistemas;
- ✓ coordenação técnica e operacional;
- ✓ garantia da qualidade e segurança da execução.







## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**3.4.2.** Compete ao MUNICÍPIO, no âmbito de suas competências institucionais:

- ✓ apoio operacional com equipe própria;
- ✓ divulgação institucional;
- ✓ apoio à saúde em caráter complementar;
- ✓ serviços de limpeza urbana e organização pós-evento.

**3.4.3.** A execução deverá ocorrer de forma integrada, sendo vedada a transferência indevida de responsabilidades.

### **3.5. Do dimensionamento da solução**

**3.5.1.** O dimensionamento da solução deverá observar:

- I – o número estimado de participantes por evento;
- II – o histórico de edições anteriores;
- III – a distinção entre itens individuais e coletivos;
- IV – a capacidade operacional necessária à execução segura.

**3.5.2.** Os quantitativos finais serão definidos com base na memória de cálculo constante do processo administrativo.

### **3.6. Dos padrões de qualidade e desempenho**

**3.6.1.** A execução deverá atender aos seguintes parâmetros mínimos:

- ✓ funcionamento contínuo dos sistemas durante o evento;
- ✓ adequada organização do fluxo de participantes;
- ✓ cumprimento do cronograma aprovado;
- ✓ segurança e integridade dos participantes;
- ✓ adequada prestação de informações ao público.

**3.6.2.** A contratada deverá adotar medidas preventivas para mitigação de riscos operacionais, especialmente aqueles relacionados à segurança, coordenação e execução dos serviços.

### **3.7. Disposições gerais da solução**

**3.7.1.** A solução deverá observar:

- ✓ normas de segurança aplicáveis;
- ✓ regulamentação de uso de vias públicas;
- ✓ critérios de acessibilidade;
- ✓ práticas de sustentabilidade.

**3.7.2.** Não será admitida a execução parcial ou inadequada do objeto, devendo a contratada garantir a entrega integral da solução contratada.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO / MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

### **4.1. Requisitos gerais da contratação**



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**4.1.1.** A contratação deverá observar os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à legalidade, isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

**4.1.2.** O objeto caracteriza-se como **serviço comum**, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, com base em especificações usuais de mercado.

**4.1.3.** A execução deverá ocorrer por empresa especializada que comprove capacidade técnica e operacional compatível com o porte dos eventos, especialmente quanto à organização de corridas de rua ou eventos esportivos similares.

### **4.2. Requisitos técnicos mínimos**

**4.2.1.** A contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- I – dispor de estrutura organizacional compatível com a execução do objeto;
- II – possuir equipe técnica qualificada para planejamento e execução de eventos esportivos;
- III – disponibilizar sistema de inscrições online funcional e seguro;
- IV – garantir sistema de cronometragem eletrônica individual para os participantes;
- V – possuir capacidade de fornecimento de estrutura física, materiais e equipamentos necessários;
- VI – assegurar suporte técnico durante todas as fases do evento;
- VII – garantir a execução conforme padrões mínimos de qualidade e segurança definidos neste Termo de Referência.

**4.2.2.** Os requisitos técnicos deverão ser comprovados por meio de documentação a ser exigida na fase de habilitação, vedadas exigências desproporcionais ou restritivas à competitividade.

### **4.3. Requisitos de habilitação técnica**

**4.3.1.** Para fins de habilitação técnica, deverá ser exigida:

- I – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica;
- II – Comprovação de execução anterior de eventos esportivos de porte similar, especialmente corridas de rua ou eventos com elevado número de participantes;

**4.3.2.** A Administração deverá observar o princípio da razoabilidade, vedando:

- a) exigências excessivas;
- b) limitação indevida de quantitativos;
- c) imposição de condições que restrinjam a competitividade.

### **4.4. Requisitos operacionais e de execução**

**4.4.1.** A contratada deverá:

- I – Cumprir cronograma físico aprovado pela Administração;
- II – Garantir integração com o apoio institucional do Município;





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

- III – Assegurar a continuidade e regularidade dos serviços durante a execução;
- IV – Adotar medidas de prevenção e mitigação de riscos operacionais.

### **4.5. Requisitos de segurança**

**4.5.1.** A execução deverá observar, obrigatoriamente:

- I – Medidas de segurança para participantes e público;
- II – Organização do fluxo e controle de percurso;
- III – Suporte emergencial durante o evento;
- IV – Adoção de protocolos preventivos de acidentes.

**4.5.2.** A contratada deverá atuar de forma integrada com os órgãos competentes, quando necessário.

### **4.6. Requisitos de sustentabilidade**

**4.6.1.** A execução deverá contemplar, sempre que possível:

- I – Uso de materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental;
- II – Redução da geração de resíduos;
- III – Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

### **4.7. Modalidade de licitação**

**4.7.1.** A contratação será realizada por meio de **licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**4.7.2.** A adoção da modalidade Pregão justifica-se em razão de:

- I – Tratar-se de serviço comum;
- II – Existência de padrões objetivos de desempenho e qualidade;
- III – Ampla disponibilidade de fornecedores no mercado;
- IV – Necessidade de garantir maior competitividade e economicidade.

### **4.8. Critério de julgamento**

**4.8.1.** O critério de julgamento será o **menor preço global**, considerando a integralidade do objeto.

**4.8.2.** A adoção do julgamento global justifica-se pela necessidade de execução integrada dos serviços, evitando:

- a) fragmentação da responsabilidade;
- b) incompatibilidade entre fornecedores;
- c) riscos operacionais na execução.

### **4.9. Forma de contratação**

**4.9.1.** O objeto será contratado em **lote único**, em razão da indivisibilidade técnica da solução.





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**4.9.2.** O parcelamento não se mostra tecnicamente viável, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista que a execução exige coordenação integrada de todas as etapas do evento.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO / LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

#### 5.1. FORMA DE EXECUÇÃO

**5.1.1.** A execução do objeto ocorrerá de forma **indireta, sob o regime de empreitada por preço global**, com execução por evento, mediante emissão de ordens de serviço específicas pela Administração. A execução do objeto deverá observar integralmente os itens, quantitativos e responsabilidades definidos no **Anexo I – Planilha de Itens, Quantitativos e Responsabilidades**, não sendo admitida a supressão, substituição ou alteração de itens sem prévia e formal autorização da Administração.

**5.1.2.** A contratação compreende a realização de 02 (dois) eventos esportivos, a serem executados nos períodos previstos no cronograma institucional, podendo sofrer ajustes mediante justificativa e autorização da Administração.

#### 5.2. Etapas da execução

**5.2.1.** A execução deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes etapas:

##### **I – Planejamento**

- a) apresentação de plano de trabalho detalhado;
- b) definição de cronograma físico;
- c) planejamento logístico e operacional;
- d) alinhamento com a Administração.

##### **II – Preparação**

- a) organização das inscrições;
- b) preparação dos kits dos participantes;
- c) mobilização de equipe técnica;
- d) organização dos recursos necessários.

##### **III – Montagem**

- a) instalação da estrutura física;
- b) sinalização e delimitação do percurso;
- c) instalação de equipamentos e sistemas;
- d) organização dos pontos de apoio.

##### **IV – Execução do evento**

- a) realização da corrida;
- b) controle do fluxo de participantes;
- c) operação dos sistemas de cronometragem;





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

- d) suporte técnico e operacional;
- e) realização da premiação.

### **V – Pós-evento**

- a) desmontagem da estrutura;
- b) consolidação dos resultados;
- c) apresentação de relatório técnico;
- d) registro de ocorrências.

### **5.3. Plano de trabalho**

**5.3.1.** A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de serviço**, plano de trabalho detalhado para cada evento.

**5.3.2.** O plano deverá conter, no mínimo:

- I – cronograma físico detalhado;
- II – descrição das etapas de execução;
- III – dimensionamento de equipe;
- IV – relação de equipamentos e estrutura;
- V – plano logístico;
- VI – medidas de segurança;

**5.3.3.** A execução do evento ficará condicionada à aprovação formal do plano de trabalho pela Administração.

### **5.4. Padrões mínimos de execução**

**5.4.1.** A contratada deverá garantir, no mínimo:

- I – Funcionamento integral dos sistemas durante o evento;
- II – Adequada organização do fluxo de participantes;
- III – Cumprimento do cronograma aprovado;
- IV – Disponibilização de estrutura compatível com o porte do evento;
- V – Atendimento adequado aos participantes;
- VI – Segurança e integridade física dos envolvidos.

### **5.5. Integração com a Administração**

**5.5.1.** A execução deverá ocorrer de forma integrada com a Administração, especialmente quanto a:

- I – Apoio institucional;
- II – Uso de vias públicas;
- III – Articulação com serviços de saúde;
- IV – Organização urbana e logística.

**5.5.2.** A contratada deverá participar de reuniões de alinhamento sempre que convocada.





## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### **5.6. Obrigações operacionais da contratada**

#### **5.6.1. Constituem obrigações da contratada:**

- I – Executar integralmente o objeto contratado;
- II – Disponibilizar equipe técnica qualificada;
- III – Fornecer todos os materiais, equipamentos e serviços necessários;
- IV – Garantir a qualidade e regularidade da execução;
- V – Corrigir eventuais falhas identificadas pela fiscalização;
- VI – Cumprir prazos e cronogramas estabelecidos.

### **5.7. Critérios de aceite dos serviços**

#### **5.7.1. O aceite dos serviços ficará condicionado à verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais.**

#### **5.7.2. Para fins de aceite, serão considerados, no mínimo:**

- I – Realização efetiva do evento;
- II – Disponibilização da estrutura prevista;
- III – Funcionamento dos sistemas contratados;
- IV – Entrega dos kits aos participantes;
- V – Execução da premiação;
- VI – Apresentação de relatório pós-evento.

#### **5.7.3. O não atendimento de qualquer requisito poderá ensejar:**

- a) rejeição parcial ou total;
- b) aplicação de penalidades;
- c) glosa de pagamento.

### **5.8. Gestão e fiscalização da execução**

#### **5.8.1. A execução contratual será acompanhada por fiscal designado pela Administração.**

#### **5.8.2. Compete ao fiscal:**

- I – acompanhar a execução;
- II – verificar o cumprimento das etapas;
- III – atestar a execução para fins de pagamento;
- IV – registrar ocorrências;
- V – comunicar irregularidades.

#### **5.8.3. Poderão ser utilizados instrumentos de controle, tais como:**

- ✓ checklist de execução;
- ✓ relatórios técnicos;
- ✓ registros fotográficos.







## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### 5.9. Não conformidades

**5.9.1.** Constatadas falhas na execução, a contratada será notificada para correção imediata, quando possível.

**5.9.2.** A não correção poderá ensejar:

- I – aplicação de sanções;
- II – retenção ou glosa de pagamento;
- III – rescisão contratual.

### 5.10. Disposições operacionais

**5.10.1.** A execução deverá observar rigorosamente o plano aprovado e as orientações da fiscalização.

**5.10.2.** Não será admitida:

- ✓ execução parcial injustificada;
- ✓ substituição indevida de itens;
- ✓ redução de qualidade dos serviços.

## 6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**6.1.** A execução do contrato será acompanhada, controlada e fiscalizada pela Administração, nos termos dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

**6.1.1.** A gestão e a fiscalização deverão assegurar:

- I – o cumprimento integral do objeto contratado;
- II – a conformidade com o Termo de Referência, proposta e contrato;
- III – a adequada aplicação dos recursos públicos;
- IV – a qualidade e regularidade da execução dos serviços.

### 6.2. Designação dos responsáveis

**6.2.1.** A Administração designará formalmente:

- I – **Gestor do Contrato**, responsável pela coordenação geral e acompanhamento administrativo;
- II – **Fiscal do Contrato**, responsável pelo acompanhamento técnico da execução.

**6.2.2.** Poderá ser designado fiscal substituto para atuação em eventuais ausências.

### 6.3. Atribuições do gestor do contrato

**6.3.1.** Compete ao gestor do contrato:

- I – Acompanhar a execução sob o aspecto administrativo;
- II – controlar prazos, vigência e condições contratuais;
- III – analisar pedidos de alteração contratual;
- IV – apoiar o fiscal na resolução de ocorrências;





## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

- V – encaminhar processos para liquidação e pagamento;
- VI – adotar providências em caso de descumprimento contratual.

### **6.4. Instrumentos de fiscalização**

**6.4.1.** Para acompanhamento da execução poderão ser utilizados:

- I – Checklist de execução do evento;
- II – Relatórios técnicos;
- III – Registros fotográficos;
- IV – Relatórios de ocorrência;
- V – Documentos comprobatórios da execução.

**6.5.2.** Os registros deverão integrar o processo administrativo da contratação.

### **6.6. Procedimentos de acompanhamento**

**6.6.1.** A fiscalização ocorrerá em todas as fases da execução, compreendendo:

- I – análise e aprovação do plano de trabalho;
- II – acompanhamento da preparação e montagem;
- III – fiscalização durante a realização do evento;
- IV – verificação das atividades pós-evento.

**6.6.2.** A contratada deverá permitir o livre acesso da fiscalização aos locais de execução e às informações necessárias.

### **6.7. Registro de ocorrências**

**6.7.1.** Todas as ocorrências relevantes deverão ser formalmente registradas pelo fiscal do contrato.

**6.7.2.** As ocorrências poderão ensejar:

- a) aplicação de sanções;
- b) glosa de valores;
- c) exigência de correções;
- d) outras medidas administrativas cabíveis.

### **6.8. Tratamento de não conformidades**

**6.8.1.** Constatadas falhas ou irregularidades, a contratada será notificada para adoção das providências necessárias.

**6.8.2.** A não regularização poderá ensejar:

- I – rejeição dos serviços;
- II – não ateste da execução;
- III – aplicação de penalidades;
- IV – rescisão contratual.





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### 6.9. Comunicação entre as partes

**6.9.1.** As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer formalmente, preferencialmente por meio eletrônico ou sistema oficial.

**6.9.2.** As determinações da fiscalização deverão ser atendidas no prazo estabelecido.

### 6.10. Disposições complementares

**6.10.1.** A fiscalização não exime a contratada de responsabilidade pela execução integral do objeto.

**6.10.2.** A Administração poderá realizar auditorias e verificações a qualquer tempo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 7.1. Regra geral de medição

**7.1.1.** A medição dos serviços será realizada **por evento efetivamente executado**, considerando a integralidade do objeto contratado. A medição dos serviços será realizada com base na execução dos itens previstos no **Anexo I – Planilha de Itens**, considerando o cumprimento integral das obrigações atribuídas à contratada para cada evento.

**7.1.2.** Não haverá medição por etapas isoladas, salvo quando expressamente autorizado pela Administração em situações excepcionais devidamente justificadas.

**7.1.3.** A medição estará condicionada ao cumprimento integral das obrigações previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto ao modelo de execução do objeto.

### 7.2. Condições para medição

**7.2.1.** A medição somente será realizada após a verificação, pelo fiscal do contrato, do cumprimento dos seguintes requisitos mínimos:

- I – Realização efetiva do evento na data prevista ou autorizada;
- II – Montagem e funcionamento da estrutura necessária;
- III – Operação regular dos sistemas contratados, especialmente de inscrições e cronometragem;
- IV – Disponibilização e entrega dos kits aos participantes;
- V – Execução da premiação conforme previsto;
- VI – Atendimento adequado aos participantes;
- VII – Cumprimento do plano de trabalho aprovado;
- VIII – Inexistência de falhas graves que comprometam o objeto.

**7.2.2.** A verificação poderá ser realizada por meio de:

- a) checklist de execução;
- b) relatório do fiscal;
- c) registros fotográficos;
- d) evidências documentais.

### 7.3. Critérios de aceite

**7.3.1.** O aceite dos serviços será formalizado pelo fiscal do contrato, mediante ateste, após a confirmação de que o objeto foi executado conforme as condições estabelecidas.

**7.3.2.** O aceite poderá ser:





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

- I – **Integral**, quando houver cumprimento total das obrigações;
- II – **Parcial**, quando houver falhas não impeditivas;
- III – **Rejeitado**, quando houver descumprimento relevante.

**7.3.3.** O aceite parcial implicará:

- a) registro das não conformidades;
- b) aplicação proporcional de glosa, quando cabível.

### **7.4. Hipóteses de glosa**

**7.4.1.** Poderá haver glosa total ou parcial do pagamento nos seguintes casos:

- I – Não realização do evento;
- II – Falhas na execução que comprometam a finalidade do objeto;
- III – Ausência ou insuficiência de estrutura;
- IV – Não funcionamento dos sistemas contratados;
- V – Não entrega dos kits ou entrega em desconformidade;
- VI – Descumprimento do plano de trabalho;
- VII – Falhas de segurança que coloquem em risco participantes;
- VIII – Qualquer descumprimento relevante das obrigações contratuais.

**7.4.2.** A glosa deverá ser devidamente fundamentada pelo fiscal do contrato.

### **7.5. Forma de pagamento**

**7.5.1.** O pagamento será realizado **por evento executado e devidamente atestado**, em parcela única, após o cumprimento das condições de medição.

**7.5.2.** O pagamento ficará condicionado à apresentação de:

- a) nota fiscal/fatura;
- b) documentação comprobatória da execução;
- c) relatório do evento;
- d) ateste do fiscal do contrato.
- e)

**7.5.3.** O prazo para pagamento observará o disposto na legislação vigente, contado a partir do ateste da execução.

### **7.6. Vinculação com a execução**

**7.6.1.** O pagamento está diretamente vinculado à execução efetiva e regular do objeto, não sendo devido em caso de:

- a) execução parcial injustificada;
- b) descumprimento contratual relevante;
- c) ausência de comprovação da execução.

**7.6.2.** A simples disponibilização de estrutura ou materiais não caracteriza execução suficiente para fins de pagamento.

### **7.7. Disposições complementares**

**7.7.1.** Eventuais divergências na medição deverão ser formalmente registradas e analisadas pela Administração.

**7.7.2.** O pagamento não exime a contratada de responsabilidade por falhas identificadas posteriormente.

**7.7.3.** A Administração poderá realizar auditorias e verificações a qualquer tempo.

## **8. LIQUIDAÇÃO**



## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### **8.1. Conceito e fundamento**

**8.1.1.** A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios da execução do objeto, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964.

**8.1.2.** A liquidação somente ocorrerá após o cumprimento integral das condições de medição e aceite previstas neste Termo de Referência.

### **8.2. Condições para liquidação**

**8.2.1.** A liquidação ficará condicionada à comprovação de que o objeto foi executado de forma regular, mediante:

- I – Ateste do fiscal do contrato quanto à execução do evento;
- II – Emissão de relatório técnico de execução;
- III – Verificação do cumprimento das obrigações contratuais;
- IV – Inexistência de pendências na execução;
- V – Conformidade com o plano de trabalho aprovado.

**8.2.2.** A liquidação não será realizada em caso de:

- ausência de ateste da execução;
- execução parcial injustificada;
- descumprimento de obrigações contratuais relevantes.

### **8.3. Documentação necessária**

**8.3.1.** Para fins de liquidação, a contratada deverá apresentar, no mínimo:

- I – Nota Fiscal ou Fatura correspondente ao evento executado;
- II – relatório técnico do evento;
- III – documentos comprobatórios da execução, conforme exigido pela fiscalização;
- IV – evidências da realização do evento (registros fotográficos, listas de participantes, resultados, entre outros);
- V – comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, quando exigido pela legislação.

**8.3.2.** A Administração poderá solicitar documentos complementares, sempre que necessário à comprovação da execução.

### **8.4. Procedimento de liquidação**

**8.4.3.** Constatadas inconsistências ou irregularidades, o processo será devolvido para saneamento, ficando suspenso o prazo para pagamento.

### **8.5. Vinculação com o pagamento**

**8.5.1.** O pagamento somente será autorizado após a regular liquidação da despesa.





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**8.5.2.** O prazo para pagamento será contado a partir da data de conclusão da liquidação, nos termos da legislação aplicável.

### **8.6. Disposições complementares**

**8.6.1.** A liquidação não exime a contratada de responsabilidade por falhas identificadas posteriormente.

**8.6.2.** A Administração poderá realizar auditorias e verificações a qualquer tempo, inclusive após a liquidação e pagamento.

## **9. PAGAMENTO**

### **9.1. Condições gerais de pagamento**

**9.1.1.** O pagamento será realizado **por evento efetivamente executado, medido, liquidado e devidamente atestado**, em parcela única, após o cumprimento integral das obrigações contratuais.

**9.1.2.** O pagamento ficará condicionado à regular liquidação da despesa, nos termos do item 7 deste Termo de Referência.

**9.1.3.** Não será devido pagamento:

- a) por execução parcial injustificada;
- b) por serviços não comprovados;
- c) em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **9.2. Prazo de pagamento**

**9.2.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da data de conclusão da liquidação da despesa.

**9.2.2.** O prazo poderá ser suspenso na hipótese de:

- a) inconsistências na documentação apresentada;
- b) pendências na execução;
- c) necessidade de diligências pela Administração.

**9.2.3.** O prazo será retomado após a regularização das pendências, sem ônus para a Administração.

### **9.3. Documentação necessária para pagamento**

**9.3.1.** A Nota Fiscal deverá estar devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

### **9.4. Forma de pagamento**

**9.4.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta indicada pela contratada.







## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**9.4.2.** Eventuais encargos financeiros decorrentes de dados bancários incorretos serão de responsabilidade da contratada.

### **9.5. Retenções e encargos**

**9.5.1.** Sobre os valores a serem pagos incidirão as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação aplicável.

**9.5.2.** A Administração efetuará as retenções legais obrigatórias, quando cabíveis.

### **9.6. Regularidade fiscal**

**9.6.1.** O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, conforme exigido pela legislação vigente.

**9.6.2.** A irregularidade poderá ensejar:

- a) suspensão do pagamento;
- b) retenção de valores;
- c) adoção de medidas administrativas cabíveis.

### **9.7. Vedação de pagamento indevido**

**9.7.1.** É vedado o pagamento sem a devida comprovação da execução do objeto e sem a regular liquidação da despesa.

**9.7.2.** A simples apresentação de Nota Fiscal não autoriza o pagamento.

### **9.8. Disposições complementares**

**9.8.1.** O pagamento não exime a contratada de responsabilidade por falhas ou irregularidades constatadas posteriormente.

**9.8.2.** A Administração poderá proceder à compensação de valores eventualmente pagos indevidamente, nos termos da legislação aplicável.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **10.1. Obrigações gerais**

**10.1.1.** Executar integralmente o objeto contratado, em conformidade com este Termo de Referência, a proposta apresentada, o contrato firmado e as determinações da Administração.

**10.1.2.** Cumprir rigorosamente os prazos, condições e especificações estabelecidos, observando o plano de trabalho aprovado.

**10.1.3.** Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, não sendo admitida a transferência de responsabilidade à Administração.





## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### **10.2. Obrigações operacionais**

**10.2.1.** Planejar, organizar e executar os eventos esportivos, garantindo a adequada realização de todas as etapas previstas.

**10.2.2.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, sistemas e recursos humanos necessários à execução do objeto.

**10.2.3.** Garantir o pleno funcionamento dos serviços durante a realização dos eventos, especialmente:

I – sistemas de inscrição e cronometragem;

II – estrutura física e logística;

III – suporte técnico aos participantes.

**10.2.4.** Executar os serviços com qualidade, segurança e regularidade, assegurando a integridade dos participantes e envolvidos.

### **10.3. Obrigações relativas ao planejamento**

**10.3.1.** Apresentar plano de trabalho detalhado, no prazo estabelecido, contendo todas as informações necessárias à execução.

**10.3.2.** Não iniciar a execução sem a aprovação formal do plano de trabalho pela Administração.

**10.3.3.** Cumprir integralmente o plano aprovado, não sendo permitidas alterações sem prévia autorização.

### **10.4. Obrigações quanto à equipe e estrutura**

**10.4.1.** Disponibilizar equipe técnica qualificada e em quantidade suficiente para execução do objeto.

**10.4.2.** Garantir que todos os profissionais envolvidos estejam devidamente capacitados e aptos à execução dos serviços.

**10.4.3.** Responsabilizar-se pela organização, montagem, operação e desmontagem de toda a estrutura necessária.

### **10.5. Obrigações quanto à conformidade legal**

**10.5.1.** Cumprir todas as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis à execução do objeto.

**10.5.2.** Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços.

**10.5.3.** Arcar com encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.

### **10.6. Obrigações perante a fiscalização**

**10.6.1.** Permitir o livre acesso da fiscalização aos locais de execução e às informações necessárias.





## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**10.6.2.** Atender prontamente às determinações da fiscalização.

**10.6.3.** Prestar todas as informações solicitadas pela Administração.

**10.6.4.** Corrigir, no prazo estabelecido, eventuais falhas ou irregularidades identificadas.

### **10.7. Obrigações quanto à documentação**

**10.7.1.** Apresentar, sempre que solicitado, documentos comprobatórios da execução dos serviços.

**10.7.2.** Entregar relatório técnico após a realização de cada evento.

**10.7.3.** Manter atualizada a documentação necessária à execução contratual.

### **10.8. Obrigações relacionadas à medição e pagamento**

**10.8.1.** Apresentar a documentação necessária para fins de medição, liquidação e pagamento.

**10.8.2.** Emitir Nota Fiscal correspondente aos serviços efetivamente executados.

**10.8.3.** Garantir que as informações constantes na Nota Fiscal estejam corretas e compatíveis com a execução.

### **10.9. Obrigações quanto à regularidade**

**10.9.1.** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**10.9.2.** Regularizar eventuais pendências no prazo estabelecido pela Administração.

### **10.10. Disposições finais**

**10.10.1.** A contratada não poderá alegar desconhecimento das condições locais ou das exigências contratuais.

**10.10.2.** A execução deverá observar os princípios da eficiência, qualidade, segurança e interesse público.

**10.10.2.** Executar integralmente os itens sob sua responsabilidade, conforme definidos no **Anexo I – Planilha de Itens, Quantitativos e Responsabilidades**, garantindo a adequada prestação dos serviços, fornecimento de materiais e operação do evento.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **11.1. Obrigações gerais da Administração**

**11.1.1.** Proporcionar as condições necessárias para a adequada execução do objeto contratado.

**11.1.2.** Assegurar o apoio institucional necessário à realização dos eventos, no âmbito de suas competências.

**11.1.3.** Cumprir as disposições previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato.





## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### **11.2. Gestão e fiscalização do contrato**

**11.2.1.** Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente.

**11.2.2.** Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços.

**11.2.3.** Registrar ocorrências e adotar as providências necessárias em caso de irregularidades.

**11.2.4.** Atestar a execução dos serviços para fins de medição, liquidação e pagamento, quando comprovado o cumprimento das obrigações contratuais.

### **11.3. Planejamento e coordenação**

**11.3.1.** Definir diretrizes institucionais para a realização dos eventos, compatíveis com as políticas públicas do Município.

**11.3.2.** Indicar os locais de realização dos eventos e apoiar a definição logística.

**11.3.3.** Promover o alinhamento entre a contratada e os órgãos envolvidos, quando necessário.

### **11.4. Apoio operacional**

**11.4.1.** Viabilizar, no que couber, o suporte institucional necessário, incluindo:

I – Articulação com órgãos públicos;

II – Apoio na organização do espaço público;

III – Colaboração com serviços municipais envolvidos.

**11.4.2.** Não será responsabilidade da Administração o fornecimento de materiais, equipamentos ou serviços que integrem o objeto contratado.

### **11.5. Pagamento**

**11.5.1.** Efetuar o pagamento à contratada, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**11.5.2.** Observar os prazos legais para liquidação e pagamento da despesa.

### **11.6. Comunicação e transparência**

**11.6.1.** Manter comunicação formal com a contratada, garantindo a clareza das orientações.

**11.6.2.** Notificar a contratada sobre irregularidades identificadas na execução.

### **11.7. Tratamento de ocorrências**

**11.7.1.** Aplicar as sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual.





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**11.7.2.** Adotar medidas administrativas necessárias à regular execução do contrato.

### **11.8. Disposições complementares**

**11.8.1.** A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto.

**11.8.2.** A Administração não responderá por encargos trabalhistas, previdenciários ou fiscais de responsabilidade da contratada.

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

### **12.1. Forma de seleção do fornecedor**

**12.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a regulamentação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

**12.1.2.** O certame observará as fases, regras e instrumentos próprios do Pregão Eletrônico, assegurados os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo, transparência e eficiência.

### **12.3. Condições de aceitabilidade das propostas**

#### **12.3.1.** As propostas deverão:

- I – Estar compatíveis com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- II – Contemplar todos os custos necessários à execução integral do objeto;
- III – Apresentar valores compatíveis com os preços praticados no mercado;
- IV – Ser exequíveis, nos termos da legislação aplicável.

#### **12.3.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

- I – Não atendam às exigências deste Termo de Referência;
- II – Apresentem preços inexequíveis ou excessivos;
- III – Contenham vícios que comprometam o julgamento;
- IV – Não comprovem a viabilidade de execução do objeto.

### **12.4. Exequibilidade da proposta**

#### **12.4.1.** A Administração poderá realizar diligências para verificar a exequibilidade da proposta, inclusive solicitando:

- I – Planilha de composição de custos;
- II – Demonstração da viabilidade operacional;
- III – Esclarecimentos técnicos.

**12.4.2.** Será considerada inexequível a proposta que não demonstre capacidade de execução adequada do objeto.

### **12.5. Compatibilidade com o mercado**

**12.5.1.** Os preços ofertados deverão ser compatíveis com os valores estimados pela Administração, com base em pesquisa de mercado.





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**12.5.2.** A Administração poderá desclassificar propostas com valores manifestamente superiores ou inferiores aos praticados no mercado, quando não comprovada sua viabilidade.

### **12.6. Habilitação**

**12.6.1.** Para fins de habilitação, serão exigidos os documentos relativos à:

- I – Habilitação jurídica;
- II – Regularidade fiscal e trabalhista;
- III – Qualificação técnica;
- IV – Qualificação econômico-financeira.

**12.6.2.** A qualificação técnica deverá ser compatível com o objeto, mediante comprovação de experiência na execução de serviços similares.

**12.6.3.** As exigências serão definidas de forma proporcional ao objeto, vedadas restrições indevidas à competitividade.

### **12.7. Vedação a restrições indevidas**

**12.7.1.** É vedada a inclusão de exigências que restrinjam a competitividade ou direcionem a contratação.

**12.7.2.** As condições de participação deverão observar os princípios da isonomia, legalidade e seleção da proposta mais vantajosa.

### **12.8. Disposições complementares**

**12.8.1.** A análise das propostas deverá observar os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

**12.8.2.** A Administração poderá promover diligências para sanar dúvidas, desde que não haja alteração da proposta.

## **13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

### **13.1. Disposições gerais**

**13.1.1.** A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

**13.1.2.** As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

### **13.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**13.2.1.** Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:







**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em sítio eletrônico oficial;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) **Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) **Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

**13.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**13.3.1.** Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

**13.3.2.** Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá





**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

**13.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**13.4.1.** A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

**a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

**a)** Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

**b)** Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

**c)** A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

**b) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

**b.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)** superiores a **1 (um)**, calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:

<b>LG (Liquidez Geral)</b>
$LG = (Ativo\ Circ. + Realizável\ em\ Longo\ Prazo) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$
<b>SG (Solvência Geral)</b>
$SG = (Ativo\ Total) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$
<b>LC (Liquidez Corrente)</b>
$LC = (Ativo\ Circulante) \div (Passivo\ Circulante)$

**I-** A licitante que obtiver qualquer **índice inferior a 1 (um)** será **inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

**II-** A análise da qualificação econômico-financeira considerará prioritariamente o último exercício social, sem prejuízo da avaliação comparativa dos exercícios anteriores.

**III-** As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

**b.2. Capital mínimo** (licitantes constituídas a menos de um ano) ou **patrimônio líquido mínimo** (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

**13.4.2.** A exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer documentos aptos à verificação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, estando devidamente justificada no caso concreto.

**13.4.3.** A análise comparativa de demonstrações contábeis de exercícios distintos permite avaliar não apenas a situação financeira momentânea da empresa, mas também sua consistência operacional ao longo do tempo, possibilitando a identificação de oscilações relevantes, deterioração financeira ou riscos de descontinuidade na execução contratual.

**13.4.4.** A exigência adotada não extrapola os limites legais, tampouco configura restrição indevida à competitividade, representando medida proporcional, adequada e necessária à mitigação de riscos contratuais, em observância aos princípios da razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

### **13.5. Justificativa para a exigência de Índices Econômico-Financeiros:**

**13.5.1.** A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como a apuração de índices financeiros, encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer elementos aptos a demonstrar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes da contratação.

**13.5.2.** No presente caso, a exigência de demonstrações contábeis referentes a mais de um exercício social justifica-se em razão das características da contratação, notadamente:

- a- Natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de eventos, com grande presença de público;
- b – Risco associado à descontinuidade do serviço, com potenciais impactos à realização dos eventos públicos.

**13.5.3.** A análise de demonstrações contábeis de mais de um exercício social permite avaliar não apenas a situação econômico-financeira momentânea da empresa, mas também sua estabilidade e consistência ao longo do tempo, possibilitando a identificação de:

- I – Variações relevantes na capacidade de liquidez;





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

II – Eventual deterioração da situação econômico-financeira;

III – Riscos de descontinuidade operacional;

**13.5.4.** A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) tem por finalidade avaliar a capacidade do licitante de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo compatível com a natureza do objeto e amplamente adotada nas contratações públicas.

**13.5.5.** Os parâmetros adotados foram definidos em patamar mínimo e proporcional, limitando-se ao necessário para mitigar riscos de inexecução contratual, sem impor restrições indevidas à competitividade, em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa.

**13.5.6.** A Administração poderá realizar diligências e admitir justificativas técnicas e contábeis, de modo a evitar inabilitações automáticas, permitindo a avaliação individualizada da capacidade econômico-financeira das licitantes, conforme o caso concreto.

**13.5.7.** Dessa forma, a exigência de demonstrações contábeis e índices econômico-financeiros mostra-se tecnicamente justificada, adequada e necessária à garantia da execução contratual, não configurando restrição indevida à competitividade.

**13.5.8.** A eventual exigência de patrimônio líquido mínimo, limitada a até 10% do valor estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar que o licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

**13.5.9.** Tal exigência visa mitigar riscos de inadimplemento, descontinuidade no fornecimento e prejuízos à Administração, estando alinhada às boas práticas de gestão pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

### **13.6. Regras Específicas para Empresas Optantes pelo Simples Nacional e demais regimes tributários**

**13.6.1.** Empresas optantes pelo **Simples Nacional** deverão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até 30 de abril do ano subsequente, desde que a obrigatoriedade de apresentação já estivesse vigente na data de abertura do certame, assegurando-se o respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e à segurança jurídica.

**13.6.2. Empresas não enquadradas no Simples Nacional**, abrangendo aquelas sujeitas ao Lucro Presumido ou ao Lucro Real, poderão apresentar as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social transmitidas até





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

30 de junho do ano subsequente ao encerramento do exercício, desde que tal condição já estivesse vigente na data de abertura do certame, preservando-se a isonomia entre os concorrentes e a adequação da exigência à realidade fiscal dos distintos regimes tributários.

**13.6.3.** As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por profissional legalmente habilitado, com registro no Conselho Regional de Contabilidade.

**13.6.4.** Empresas constituídas no exercício corrente deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, observado o disposto na legislação aplicável.

**13.6.5.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**13.6.6.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

### **13.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**13.7.1. Atestado(s) de capacidade técnica:** Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, natureza e complexidade com o objeto desta contratação.

**13.7.1.1.** Consideram-se serviços compatíveis aqueles que envolvam a prestação de serviços de organização e execução de eventos esportivos, incluindo, quando aplicável, cronometragem, montagem de estrutura e apoio operacional em eventos similares;

**13.7.1.2.** Os atestados deverão conter a identificação do contratante; informações suficientes para a verificação da compatibilidade, tais como: descrição dos serviços, quantitativos executados e período de execução, quando disponíveis.

**13.7.1.3.** Será admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**13.7.1.4.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### 14. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

#### 14.1. Condições gerais de participação

**14.1.1.** Poderão participar do presente certame todas as empresas legalmente constituídas, nacionais ou estrangeiras que funcionem no País, pertencentes ao ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência, que atendam às condições estabelecidas no edital, em seus anexos e na legislação aplicável.

**14.1.2.** A participação no certame pressupõe o pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

**14.1.3.** O descumprimento dos prazos, condições e exigências estabelecidos no edital e em seus anexos poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme a fase do procedimento licitatório.

**14.1.4.** As exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica observarão, estritamente, o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado na Seção específica deste Termo de Referência.

#### 14.2. Tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais

**14.2.1.** Será assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e da legislação municipal aplicável.

**14.2.2.** Nos casos cabíveis, **será assegurada prioridade de contratação às ME, EPP e/ou MEI localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou em municípios da região, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido**, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014, combinado com o Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025, e com o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.3.** A aplicação do tratamento diferenciado observará, em qualquer hipótese, os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, não implicando restrição indevida à participação de licitantes não enquadrados como ME, EPP ou MEI.

#### 14.3. Vedações à participação

**14.3.1.** Não poderão participar do presente certame as empresas que se enquadrem em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública, quando a penalidade tiver sido aplicada pelo órgão ou entidade licitante;
- b) impedidas de licitar ou contratar, ou atingidas por outra vedação legal constante do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU, ou de outros cadastros oficiais aplicáveis;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituídas com o mesmo objeto social e das quais participem sócios ou administradores de empresas declaradas inidôneas, quando configurada tentativa de burla à aplicação de sanções administrativas, conforme legislação aplicável e entendimentos dos órgãos de controle.
- e) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- f) estejam em processo de falência, dissolução ou liquidação, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas, inclusive aquelas em recuperação judicial, desde que comprovada a viabilidade econômica;







## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

- g) que estejam reunidas em consórcio, uma vez que o objeto se caracteriza como fornecimento de bens comuns, sem elevada complexidade técnica ou vulto relevante, sendo plenamente exequível por empresas isoladamente, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União;
- h) estrangeiras que não funcionem no País;
- i) que não possuam atividade compatível com o objeto social pertinente ao objeto da contratação.

### 14.4. Vedações relacionadas a conflito de interesses e nepotismo

**14.4.1.** É vedada a participação, direta ou indireta, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação;
- b) autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

**14.4.2.** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos da Constituição Federal, da Súmula Vinculante nº 13 do STF e da legislação correlata.

**14.4.3.** Nos termos do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução do objeto contratado, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do órgão contratante.

## 15. PENALIDADES

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a contratada que, com dolo ou culpa:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da contratação;
- d) deixar de entregar a documentação exigida;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou durante a execução da contratação;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**15.2.** Serão aplicadas à contratada as seguintes sanções, garantida a prévia defesa e observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**15.3.** A multa poderá ser aplicada isoladamente ou cumulativamente com as demais sanções e observará os seguintes parâmetros:





## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

- a) multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias;
- b) multa compensatória entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 30% (trinta por cento) do valor da obrigação inadimplida ou, quando não for possível sua mensuração, sobre o valor estimado da contratação;
- c) para infrações de menor gravidade, a multa poderá variar entre 0,5% (zero vírgula cinco por cento) e 15% (quinze por cento);
- d) para infrações graves, incluindo fraude, declaração falsa ou prática de atos ilícitos, a multa poderá variar entre 15% (quinze por cento) e 30% (trinta por cento).

**15.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as circunstâncias do caso concreto;
- c) os danos causados à Administração;
- d) a existência de circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- e) a eventual adoção de programa de integridade pelo contratado, quando aplicável.

**15.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a multa.

**15.6.** A aplicação das sanções observará o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**15.7.** A apuração das infrações e a aplicação das sanções que impliquem impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade dependerão da instauração de processo administrativo de responsabilização, conduzido por comissão designada.

**15.8.** Caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação da decisão, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**15.9.** O valor das multas poderá ser descontado de créditos eventualmente devidos à contratada ou cobrado administrativa ou judicialmente.

**15.10.** Caso o valor das multas e indenizações supere os valores devidos pela Administração, a diferença será cobrada pelos meios legais cabíveis.

**15.11.** A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

### 16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**16.1.** O valor total estimado da contratação é de **R\$ 267.315,00** (Duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e quinze reais), correspondente ao somatório dos valores estimados dos itens que compõem o objeto, estruturados por evento (corrida), conforme detalhamento constante no Anexo I do TR: Planilha de Itens, Quantitativos e Responsabilidades.

**16.1.1.** A estimativa encontra-se segregada por item, considerando as especificidades de cada corrida, tais como número de participantes, extensão do percurso e necessidades operacionais distintas.

**16.1.2.** A composição do valor estimado observa a seguinte estrutura:





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

Evento	Mês de referência (Previsão)	Participantes adultos	Corrida infantil	Total estimado por edição
1ª Corrida	Junho de 2026	Até 700	Até 50 crianças	Até 750 participantes
2ª Corrida	Setembro de 2026	Até 1.500	Até 50 crianças	Até 1.550 participantes
<b>Total do exercício 2026</b>		Até 2.200	Até 100 crianças	Até 2.300 participantes

**16.1.3.** O valor estimado tem caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação, à definição do procedimento licitatório e à análise de vantajosidade das propostas, não constituindo obrigação de contratação pelo valor integral estimado.

**16.2.** A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada nos autos do processo administrativo, observando boas práticas previstas na Lei nº 14.133/2021 e orientações de órgãos de controle.

**16.3.** Foram utilizadas, sempre que disponíveis, as seguintes fontes de pesquisa:

- a) bases públicas de preços e contratações governamentais;
- b) contratações similares realizadas por outros entes públicos;
- c) consultas a fornecedores do ramo pertinente ao objeto;
- d) sistemas de banco de preços disponíveis à Administração.

**16.4.** Os valores coletados foram analisados de forma comparativa, de modo a refletir adequadamente a realidade de mercado.

**16.5.** Para fins de definição do valor estimado, foram desconsiderados valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, quando identificados, assegurando a obtenção de preços compatíveis com as condições normais de mercado.

**16.6.** A metodologia adotada visa assegurar que o valor estimado reflita os preços praticados no mercado, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e mitigando riscos de sobrepreço ou inexequibilidade.

**16.7.** Os documentos comprobatórios da pesquisa de preços, incluindo cotações, relatórios e memórias de cálculo, encontram-se anexados ao processo administrativo.

#### **17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**17.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria, conforme abaixo descrito:

ÓRGÃO	<b>Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo - SEMCET</b>
PROGRAMA	27.812.0010.2032.0000
NAT. DA DESPESA	3.3.90.39.00
FONTE DE RECURSOS	2.501.0000 - Outros Recursos não Vinculados
FICHA	624

#### **18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**18.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com ou por outra pessoa jurídica, mediante prévia anuência da Administração, desde que:

- a) não haja prejuízo à execução do contrato;
- b) não haja comprometimento do interesse público;
- c) a nova pessoa jurídica comprove o atendimento a todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- d) sejam mantidas as demais condições contratuais.



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### 19.. INFORMAÇÕES GERAIS

#### 19.1. Base legal

**19.1.1.** O presente Termo de Referência rege-se, principalmente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, bem como pelos decretos e normas regulamentares municipais aplicáveis, especialmente aqueles que disciplinam o Sistema de Registro de Preços.

#### 19.2. Casos omissos

**19.2.1.** Os casos omissos e as dúvidas eventualmente surgidas na aplicação deste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, dos princípios que regem a Administração Pública e das normas aplicáveis às contratações públicas, sem prejuízo das disposições constantes do edital e da Ata de Registro de Preços.

#### 19.3. Aceitação das condições

**19.3.1.** A participação no procedimento licitatório implica plena aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência, não podendo ser alegado desconhecimento como fundamento para descumprimento das obrigações assumidas.

#### 19.4. Adjudicação

**19.4.1.** A adjudicação do objeto poderá ocorrer para um ou mais fornecedores, desde que as propostas apresentadas estejam em conformidade com as especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, observando-se o critério de julgamento definido no certame.

#### 19.5. Condutas vedadas e responsabilidades

**19.5.1.** A recusa injustificada, tácita ou expressa, do fornecedor registrado em atender às solicitações de fornecimento regularmente formalizadas pela Administração, quando caracterizada a obrigação assumida, sujeita o infrator às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilizações cabíveis.

#### 19.6. Informações e esclarecimentos

**19.6.1.** Informações adicionais e esclarecimentos sobre o presente Termo de Referência poderão ser obtidos no horário de expediente administrativo, ou por meio dos canais oficiais de comunicação disponibilizados pela Administração Municipal, através do e-mail: [semcet@ouropretodoeste.ro.gov.br](mailto:semcet@ouropretodoeste.ro.gov.br).

**19.6.2.** Integram este Termo de Referência, para todos os fins legais: **Anexo I – Planilha de Itens, Quantitativos e Responsabilidades.**

### 20. DO FORO

#### 20.1. Solução administrativa prévia

**20.1.1.** As questões eventualmente omissas ou as controvérsias surgidas na aplicação deste Termo de Referência, do edital, do Contrato ou da Ata de Registro de Preços (quando houver) deverão ser, preferencialmente, solucionadas na esfera administrativa, à luz da legislação vigente e das normas aplicáveis às contratações públicas.

#### 20.2. Foro competente





**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**20.2.1.** Não sendo possível a solução administrativa das controvérsias, fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer questões oriundas do procedimento licitatório, da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**20.3. Encerramento e aprovação**

**20.3.1.** À vista das informações constantes nos autos do processo administrativo e em observância à legislação vigente, o presente Termo de Referência é submetido à apreciação da autoridade competente para fins de aprovação e adoção das providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório.

Ouro Preto do Oeste, maio de 2026.

**Emersson Douglas Xavier da Fonseca**  
Assessor Especial SEMCET



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**ANEXO DO TR – PLANILHA DE ITENS, QUANTITATIVOS E RESPONSABILIDADES**

CORRIDA 01 / 5 KM e 10 KM					
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, execução e operacionalização de eventos esportivos na modalidade corrida de rua, incluindo o fornecimento de estrutura, logística, sistemas, materiais, serviços e suporte técnico necessários à realização de duas provas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO, no exercício de 2026, com atendimento estimado de até 2.300 participantes.					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	TOTAL
01	Camisetas do evento, para os atletas, em tecido 100% poliamida, ultraleve, resistente, alta absorção de suor. Modelo unissex, manga curta, estampa até 4 cores com logos da Prefeitura e SEMCET, nome do evento e ano. Tamanhos variados , P ao GG, quantidades por tamanho a serem definidos no pedido.	Und.	750		
02	Camisetas do evento, para apoio, em tecido 100% poliamida, ultraleve, resistente, alta absorção de suor. Modelo unissex, manga curta, identificação de 'STAFF', logo Prefeitura e SEMCET. Tamanhos variados , P ao GG, quantidades por tamanho a serem definidos no pedido.	Und.	30		
03	Número de peito tamanho A5 (14,8cm, X21cm), em papel plastificado, com chip de cronometragem integrado, contendo o número de inscrição do atleta, nome e a logomarca do evento.	Und.	3.750		
04	Sacola personalizada, com no mínimo 40cmX50cm, para entrega do kit atleta.	Und.	750		
05	Seguro atleta individual, cobertura de acidentes pessoais durante o evento, conforme normas.	Und.	750		
06	Medalha de participação em metal fundido, medindo 7cmx7cm, pintura personalizada, fita em material poliéster sublimada com nome da corrida.	Und.	750		
07	Troféu em metal, altura mínima de 20cm, contendo a logomarca do evento. Base em MDF com placa em metal contendo a classificação, percurso e colocação para premiação da Elite.	Und.	20		
08	Troféu em metal, altura mínima de 18cm, contendo a logomarca do evento. Base em MDF com placa em metal contendo a classificação, percurso e colocação	Und.	100		
09	Água em copo 200ml lacrado.	Und.	3.750		
10	Kit pós-prova composto por itens de alimentação e hidratação adequados à atividade esportiva, incluindo frutas, bebidas e alimentos leves, destinados à distribuição aos participantes após a conclusão da prova.	Kit	750		
11	Tenda de apoio medindo 10mx10m	Und.	2		
12	Portal de alumínio, estrutura em treliça Q30 em alumínio, medindo 6m X 4m, com lona de Largada e chegada medindo 6mx1m.	Und.	1		
13	Backdrop em treliça, medindo 2mx3m para fotos, com lona personalizada medindo 2mx3m.	Und.	1		
14	Pódio em madeira reforçada, (medindo 2m total), para premiação, com adesivos de classificação do 1º ao 5º lugar.	Und.	1		
15	Faixa de linha de chegada, medindo 3mx0,30cm.	Und.	1		





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

16	Mesas Plásticas para apoio durante todo o evento	Und.	30		
17	Cadeiras Plásticas para apoio durante todo o evento	Und.	10		
18	Pontos de hidratação, caixas térmicas com gelo para acomodar os copos d'água, distribuídos ao longo dos percursos de 5km e 10km, e no ponto de largada/chegada dos atletas.	Und.	5		
19	Saco de gelo de 20kg para suporte térmico	Und.	30		
20	Gradil metálico para isolamento, medindo 2mx1m	M	60		
21	Banheiros Químicos Masculino, feminino, PCD, completo com produtos de higiene e coleta adequada.	Und.	7		
22	Plataforma online para cadastro e gerenciamento de inscrições dos atletas. Ferramenta digital para o cadastro, gerenciamento e relatórios, acesso via site, com suporte técnico.	Serv.	1		
23	Software com sistema de cronometragem para divulgação dos resultados em tempo real, incluindo tapetes de cronometragem, com equipe especializada para instalação e operação durante o evento.	Serv.	1		
24	Sistema de som de pequeno porte, destinado à cobertura das áreas de largada, chegada e premiação durante todo o evento, incluindo caixas de som, mesa de som, microfones, cabeamento e demais equipamentos necessários ao adequado funcionamento, compreendendo montagem, desmontagem, operação técnica e acompanhamento durante toda a realização do evento.	Serv.	1		
25	Serviço de locução durante o evento, destinado à condução da programação, orientações ao público, chamadas técnicas e anúncios nas áreas de largada, chegada e premiação.	Serv.	1		
26	Serviço de DJ para ambientação musical das áreas de largada, chegada e premiação durante o evento.	Serv.	1		
<b>TOTAL GERAL</b>					



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**CORRIDA 02 / 5 KM e 10 KM**

**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, execução e operacionalização de eventos esportivos na modalidade corrida de rua, incluindo o fornecimento de estrutura, logística, sistemas, materiais, serviços e suporte técnico necessários à realização de duas provas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO, no exercício de 2026, com atendimento estimado de até 2.300 participantes.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	TOTAL
01	Camisetas do evento, para os atletas, em tecido 100% poliamida, ultraleve, resistente, alta absorção de suor. Modelo unissex, manga curta, estampa até 4 cores com logos da Prefeitura e SEMCET, nome do evento e ano. Tamanhos variados , P ao GG, quantidades por tamanho a serem definidos no pedido.	Und.	1.550		
02	Camisetas do evento, para apoio, em tecido 100% poliamida, ultraleve, resistente, alta absorção de suor. Modelo unissex, manga curta, identificação de 'STAFF', logo Prefeitura e SEMCET. Tamanhos variados , P ao GG, quantidades por tamanho a serem definidos no pedido.	Und.	40		
03	Número de peito tamanho A5 (14,8cm, X21cm), em papel plastificado, com chip de cronometragem integrado, contendo o número de inscrição do atleta, nome e a logomarca do evento.	Und.	1.550		
04	Sacola personalizada, com no mínimo 40cmX50cm, para entrega do kit atleta.	Und.	1.550		
05	Seguro atleta individual, cobertura de acidentes pessoais durante o evento, conforme normas.	Und.	1.550		
06	Medalha de participação em metal fundido, medindo 7cmx7cm, pintura personalizada, fita em material poliéster sublimada com nome da corrida.	Und.	1.550		
07	Troféu em metal, altura mínima de 20cm, contendo a logomarca do evento. Base em MDF com placa em metal contendo a classificação, percurso e colocação para premiação da Elite.	Und.	20		
08	Troféu em metal, altura mínima de 18cm, contendo a logomarca do evento. Base em MDF com placa em metal contendo a classificação, percurso e colocação	Und.	100		
09	Água em copo 200ml lacrado.	Und.	7.750		
10	Kit pós-prova composto por itens de alimentação e hidratação adequados à atividade esportiva, incluindo frutas, bebidas e alimentos leves, destinados à distribuição aos participantes após a conclusão da prova.	Kit	1.550		
11	Tenda de apoio medindo 10mx10m	Und.	3		
12	Portal de alumínio, estrutura em treliça Q30 em alumínio, medindo 6m X 4m, com lona de Largada e chegada medindo 6mx1m.	Und.	1		
13	Backdrop em treliça, medindo 2mx3m para fotos, com lona personalizada medindo 2mx3m.	Und.	1		
14	Pódio em madeira reforçada, (medindo 2m total), para premiação, com adesivos de classificação do 1º ao 5º lugar.	Und.	1		



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

15	Faixa de linha de chegada, medindo 3mx0,30cm.	Und.	1		
16	Mesas Plásticas para apoio durante todo o evento	Und.	50		
17	Cadeiras Plásticas para apoio durante todo o evento	Und.	20		
18	Pontos de hidratação, caixas térmicas com gelo para acomodar os copos d'água, distribuídos ao longo dos percursos de 5km e 10km, e no ponto de largada/chegada dos atletas.	Und.	10		
19	Saco de gelo de 20kg para suporte térmico	Und.	60		
20	Gradil metálico para isolamento, medindo 2mx1m	M	120		
21	Banheiros Químicos Masculino, feminino, PCD, completo com produtos de higiene e coleta adequada.	Und.	12		
22	Plataforma online para cadastro e gerenciamento de inscrições dos atletas. Ferramenta digital para o cadastro, gerenciamento e relatórios, acesso via site, com suporte técnico.	Serv.	1		
23	Software com sistema de cronometragem para divulgação dos resultados em tempo real, incluindo tapetes de cronometragem, com equipe especializada para instalação e operação durante o evento.	Serv.	1		
24	Sistema de som de pequeno porte, destinado à cobertura das áreas de largada, chegada e premiação durante todo o evento, incluindo caixas de som, mesa de som, microfones, cabeamento e demais equipamentos necessários ao adequado funcionamento, compreendendo montagem, desmontagem, operação técnica e acompanhamento durante toda a realização do evento.	Serv.	1		
25	Serviço de locução durante o evento, destinado à condução da programação, orientações ao público, chamadas técnicas e anúncios nas áreas de largada, chegada e premiação.	Serv.	1		
26	Serviço de DJ para ambientação musical das áreas de largada, chegada e premiação durante o evento.	Serv.	1		
<b>TOTAL GERAL</b>					



# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA</b>	<b>Proc. Adm. nº 1567/2026</b>	<b>19/05/2026</b>

ID: <b>1598286</b>	Processo	Documento
CRC: <b>15C99126</b>		
Processo: <b>1-1567/2026</b>		
Usuário: <b>Edvaldo Carlos Alves Bedelegate</b>		
Criação: <b>19/05/2026 09:32:26</b>	Finalização: <b>19/05/2026 09:33:25</b>	

MD5: <b>E7F29CDE33EC8AD1AFD859605468CAB5</b>
SHA256: <b>0929C24CE53217A5B4FC6965D7BBD47CD49FE80AEE2F7B1F9D0DCFB8098D1A32</b>

Súmula/Objeto:

**ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA - Proc. Adm. nº 1567/2026**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	19/05/2026 09:32:26
--	---------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	19/05/2026 09:32:26
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Emersson Douglas Xavier da Fonseca	ASSESSOR ESPECIAL DA SEMCET	19/05/2026 09:43:59
---	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1598286 e o CRC 15C99126.



**ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I – Não há fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente, nem aplicação de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes;

II – Declaramos, quando couber, que a empresa está enquadrada na condição de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – Quando aplicável, declaramos que, no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não ultrapassam o limite de receita bruta permitido para fins de enquadramento como ME ou EPP, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

IV – Temos pleno conhecimento e aceitamos integralmente as regras e condições gerais da contratação estabelecidas no Edital e na legislação vigente;

V – Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VI – Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII – A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento de todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, em normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

VIII – Cumprimos todos os requisitos de habilitação exigidos e declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

IX – Assumimos inteira responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico utilizado para a realização deste certame;

X – Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados em regime de trabalho degradante ou forçado, observando os dispositivos constitucionais dos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XI – Não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

XII – Não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão da contratação, nem com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

XIII – Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, não tendo sido, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informada, discutida ou combinada com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou pessoa;

XIV – Declaramos estar cientes, conhecer e entender os termos das Leis Anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) e demais normas aplicáveis, comprometendo-nos a abster-nos de qualquer prática que configure





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)**

violação de tais dispositivos, por nós, nossos administradores, diretores, funcionários, agentes ou sócios que venham a agir em nosso nome.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Rep. Legal da Empresa)

**NOTA EXPLICATIVA**

*Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.*

*Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.*

*Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.*







# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO</b>	<b>Proc. 1567/2026</b>	<b>19/05/2026</b>

ID: <b>1598481</b>	Processo	Documento
CRC: <b>A40A7708</b>		
Processo: <b>1-1567/2026</b>		
Usuário: <b>Edvaldo Carlos Alves Bedelegate</b>		
Criação: <b>19/05/2026 10:30:48</b>	Finalização: <b>19/05/2026 10:31:33</b>	

MD5: **E58C4A9B4B3DBA27361F7D34CD876724**

SHA256: **B6478FEFAC2CD31CFAB4B439BA8A26AF1CA1116C0E2EF44930FC66F21A488328**

Súmula/Objeto:

**ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA - Proc. 1567/2026**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	19/05/2026 10:30:48
--	---------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	19/05/2026 10:30:48
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Edvaldo Carlos Alves Bedelegate	Ag. Administrativo	19/05/2026 10:31:38
--	---------------------------------	--------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1598481 e o CRC A40A7708.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**NOME DA EMPRESA**

**CNPJ**

**CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados:

ÍTEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	QUANT.	VALOR UN	TOTAL R\$
VALOR TOTAL R\$						

1. Declaramos que esta proposta foi elaborada em conformidade com o edital, o Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo licitatório, dos quais temos pleno conhecimento e aceitação.
2. Declaramos que os preços propostos incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, seguros e quaisquer outras despesas incidentes.
3. Comprometemo-nos a cumprir integralmente as condições, prazos e especificações estabelecidas no edital e no Termo de Referência.
4. Declaramos que os **preços ofertados são exequíveis e compatíveis com os custos de mercado**, assumindo total responsabilidade por sua execução.
5. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

**DADOS DA EMPRESA:**

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Telefone:**

**E-mail:**

**DADOS BANCÁRIOS:**

**Banco:**

**Agência:**

**Conta:**

**Chave PIX:**

**REPRESENTANTE LEGAL:**

**Nome:**

**CPF:**

**Cargo:**

**LOCAL E DATA**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Rep. Legal da Empresa)





# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

[www.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://www.ouropretodoeste.ro.gov.br)

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA</b>	<b>Proc. 1567/2026</b>	<b>19/05/2026</b>

ID: <b>1598486</b>	Processo	Documento
CRC: <b>27946720</b>		
Processo: <b>1-1567/2026</b>		
Usuário: <b>Edvaldo Carlos Alves Bedelegate</b>		
Criação: <b>19/05/2026 10:31:47</b>	Finalização: <b>19/05/2026 10:32:24</b>	

MD5: **76910C480E64D7E2C0C70154FC1F5524**

SHA256: **06C702258158E24865A3278B6846F5A3B5E97772E790453556829CE5BCAFC146**

Súmula/Objeto:

**ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA - Proc. 1567/2026**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	19/05/2026 10:31:47
--	---------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	19/05/2026 10:31:47
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Edvaldo Carlos Alves Bedelegate	Ag. Administrativo	19/05/2026 10:32:29
--	--------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1598486 e o CRC 27946720.



**MINUTA DE CONTRATO**

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PLANEJAMENTO,  
ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO OPERACIONAL DE  
EVENTOS ESPORTIVOS (CORRIDAS DE RUA).

O **MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE/RO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO – SEMCET**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.380.507/0001-79, neste ato representada por seu(sua) representante legal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026**, com fundamento no **Processo Administrativo nº 1567/SEMED/2026**, regendo-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de planejamento, organização, coordenação, execução e operacionalização de eventos esportivos na modalidade corrida de rua, com percursos de 5 km e 10 km, incluindo o fornecimento de estrutura, materiais, equipamentos, logística, sistemas e suporte técnico necessários à realização de 02 (duas) corridas de rua no exercício de 2026), conforme detalhado no Termo de Referência.

**1.2.** A execução do objeto deverá observar integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência, no edital, na proposta da CONTRATADA e nos demais anexos deste contrato.

**1.3.** Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	TOTAL R\$
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de planejamento, organização, execução e operacionalização de eventos esportivos na modalidade corrida de rua, incluindo o fornecimento de estrutura, logística, sistemas, materiais, serviços e suporte técnico necessários à realização de duas provas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO, no exercício de 2026, com atendimento estimado de até 2.300 participantes.	Ser	01		

**1.3.1.** Os modelos, artes, logotipos, inscrições e demais elementos gráficos para confecção de camisetas e





## MINUTA DE CONTRATO

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

materiais do evento serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo – SEMCET, cabendo à CONTRATADA sua fiel execução.

### **1.4. Documentos integrantes do contrato**

**1.4.1.** Integram e vinculam este contrato, independentemente de transcrição:

- a) o Termo de Referência;**
- b) o edital da licitação;**
- c) a proposta da CONTRATADA;**
- d) demais anexos dos documentos acima.**

### **1.5. Hierarquia dos documentos**

**1.5.1.** Em caso de divergência entre os documentos que integram este contrato, prevalecerá:

- a) o Termo de Referência;**
- b) o edital;**
- c) este contrato;**
- d) a proposta da CONTRATADA.**

**1.6.** A execução do objeto deverá observar rigorosamente as normas técnicas da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), especialmente a Norma 07 (Reconhecimento de Corridas de Rua), garantindo a aferição oficial do percurso e a segurança técnica da prova.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

**2.1.** O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**2.1.1** A vigência contratual compreende o período necessário à execução integral do objeto, incluindo o planejamento, a realização dos eventos e as atividades pós-evento (relatórios de comprovação de realização do evento, aprovação e pagamento dos serviços contratados).

**2.1.2** Registra-se que a presente contratação não se caracteriza como serviço contínuo típico, tratando-se de execução por eventos previamente definidos no calendário institucional.

**2.2.** A prorrogação contratual poderá ocorrer excepcionalmente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante estrita justificativa do interesse público pela Administração e preenchimento dos requisitos legais.

**2.2.1.** A prorrogação ficará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- a) comprovação da regular execução dos serviços;**
- b) justificativa da necessidade de continuidade da contratação;**
- c) manifestação de interesse da CONTRATADA;**
- d) manutenção das condições de habilitação;**





## MINUTA DE CONTRATO

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

e) disponibilidade orçamentária.

**2.3.** A prorrogação contratual constitui faculdade da Administração, não gerando direito subjetivo à CONTRATADA.

**2.4.** As prorrogações deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo.

**2.5.** Nas prorrogações, deverão ser revistos os custos não renováveis já amortizados, quando aplicável, de forma a assegurar a vantajosidade da contratação.

**2.6.** O Contrato não poderá ser prorrogado caso a CONTRATADA esteja penalizada com impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada, por evento realizado, mediante a emissão de ordens de serviço específicas pela Administração.

**3.1.1** A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de serviço, plano de trabalho detalhado para cada evento, contendo o cronograma físico detalhado, dimensionamento de equipe, relação de equipamentos/estrutura, plano logístico e medidas de segurança, cuja execução fica condicionada à aprovação formal da Administração.

**3.2.** O regime de execução, o modelo de gestão, a fiscalização contratual, bem como os critérios de medição, recebimento e pagamento, observarão integralmente o disposto no Termo de Referência.

**3.3.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração especialmente designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**3.4.** A gestão e a fiscalização contratual também observarão, no que couber, as disposições do Decreto Municipal nº 16.975/2023.

### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Será admitida a subcontratação parcial de parcelas acessórias e complementares do objeto (tais como fornecimento de banheiros químicos, confecção de camisetas ou cronometragem eletrônica), mediante prévia e expressa autorização da Administração, vedada a subcontratação total.

**4.2.** A subcontratação não afasta a responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução do contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor total estimado do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta homologada da CONTRATADA.

**5.2.** O pagamento será realizado por evento efetivamente executado, medido, liquidado e devidamente







## MINUTA DE CONTRATO

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

atestado, em parcela única por edição.

**5.3.** No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, custos logísticos, operacionais e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

**6.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de conclusão da regular liquidação da despesa.

**6.2.** A emissão da Nota Fiscal ficará condicionada ao recebimento definitivo do evento realizado, devidamente atestado pelo fiscal do contrato.

**6.3.** Para fins de medição, aceite e liquidação, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo: Nota Fiscal/Fatura atestada; relatório técnico do evento; documentos comprobatórios das entregas (registros fotográficos, listas de participantes, resultados apurados); e a apólice vigente do seguro de acidentes pessoais dos atletas, por meio do endereço eletrônico oficial: [semcet@ouopretodoeste.ro.gov.br](mailto:semcet@ouopretodoeste.ro.gov.br).

**6.4.** Poderá haver glosa total ou parcial do pagamento nas hipóteses de falhas operacionais graves, ausência ou insuficiência da estrutura prevista no Anexo I do TR, não funcionamento dos sistemas de cronometragem/inscrição ou descumprimento do plano de trabalho. Recebida a Nota Fiscal, será realizada a verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, inclusive mediante consulta ao SICAF ou sistema equivalente.

**6.5.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

**6.6.** Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação, o pagamento ficará suspenso até a regularização, reiniciando-se o prazo sem ônus para a Administração.

**6.7.** Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

**6.7.1.** A CONTRATADA optante pelo Simples Nacional deverá comprovar sua condição para não sofrer retenções indevidas.

**6.8.** Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados pelo IPCA.

**6.9. Persistindo irregularidade fiscal, a Administração poderá:**

- a)** suspender o pagamento;
- b)** notificar a CONTRATADA para regularização;
- c)** adotar medidas para rescisão contratual, se for o caso.

**6.10.** Os pagamentos referentes a eventuais subcontratações serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à Administração qualquer vínculo direto com terceiros.





## MINUTA DE CONTRATO

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

**7.1.** Os preços contratados serão reajustados, após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta, podendo ser aplicados de ofício pela Administração ou mediante solicitação da CONTRATADA.

**7.2.** Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do último reajuste concedido.

**7.3.** O reajuste será realizado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, incidindo exclusivamente sobre as parcelas executadas após a ocorrência da anualidade.

**7.4.** O reajuste será calculado pela seguinte fórmula:

R = Valor do reajustamento procurado	$R = (Li - Lo) \times V / Lo$
Li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento.	
Lo = Índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.	
V = Valor contratual a ser reajustado.	

**Onde:**

**R** é o valor do reajustamento procurado;

**Li** é o índice de preço referente ao mês de reajustamento;

**Lo** é o índice inicial correspondente ao mês da data-base do orçamento estimado; e

**V** é o valor contratual a ser reajustado.

**7.5.** Na hipótese de atraso ou ausência de divulgação do índice, será utilizado o último índice conhecido, com posterior compensação.

**7.6.** Caso o índice venha a ser extinto ou substituído, será adotado outro índice oficial equivalente.

**7.7.** O pedido de reajuste deverá ser apresentado durante a vigência contratual, preferencialmente antes da prorrogação, sem prejuízo do reconhecimento do direito ao reajuste, desde que observada a periodicidade mínima legal.

**7.8. Os efeitos financeiros do reajuste observarão:**

**a)** a data-base contratual, se requerido tempestivamente;

**b)** a data do requerimento, se apresentado fora do prazo.

**7.9.** Caso o índice ainda não esteja disponível na data da prorrogação, poderá ser resguardado o direito ao reajuste por meio de cláusula específica em termo aditivo.

**7.10.** O reajuste será formalizado por apostilamento, quando não houver necessidade de alteração contratual adicional.

**7.11.** O reajuste não impede a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.





## MINUTA DE CONTRATO

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **8.1. São obrigações do CONTRATANTE:**

**8.1.1.** Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme este Contrato e seus anexos.

**8.1.2.** Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

**8.1.3.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de servidor ou comissão designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**8.1.5.** Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução, quando houver divergência quanto à execução do objeto, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

**8.1.6.** Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo e condições estabelecidos neste Contrato.

**8.1.7.** Aplicar sanções administrativas, quando cabível, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**8.1.8.** Emitir decisão fundamentada sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual.

**8.1.9.** Responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo legal.

**8.1.10.** Fornecer as informações e orientações necessárias à adequada execução dos serviços.

**8.1.11.** Permitir o acesso da CONTRATADA aos locais de realização dos eventos, quando necessário à execução do objeto.

**8.1.12.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos de responsabilidade da CONTRATADA.

**8.1.13.** O presente Contrato não estabelece vínculo empregatício entre o CONTRATANTE e os empregados ou prepostos da CONTRATADA.

**8.1.14.** Garantir a contrapartida institucional do Município na execução do modelo híbrido do evento, fornecendo: equipe de apoio operacional (staff) composta por servidores públicos; divulgação institucional nos canais oficiais; apoio à saúde com ambulância e equipe de suporte da Secretaria Municipal de Saúde; e serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos pós-evento através da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência e de seus anexos, assumindo, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da





## MINUTA DE CONTRATO

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

execução do objeto.

### **9.2. Obrigações gerais**

**9.2.1.** Executar os serviços com qualidade, eficiência e segurança, em conformidade com as especificações estabelecidas.

**9.2.2.** Disponibilizar todos os recursos necessários à execução do objeto, incluindo equipe técnica, materiais, equipamentos e estrutura.

**9.2.3.** Designar preposto para representá-la durante a execução contratual, quando solicitado pela Administração.

**9.2.4.** Cumprir as orientações e determinações da fiscalização.

### **9.3. Execução dos serviços**

**9.3.1.** Realizar os eventos conforme cronograma, diretrizes e especificações definidas pela Secretaria demandante.

**9.3.2.** Garantir a adequada organização, segurança e suporte aos participantes.

**9.3.3.** Fornecer toda a estrutura necessária ao evento, incluindo logística, sinalização, apoio operacional e demais itens previstos no Termo de Referência.

### **9.4. Responsabilidades técnicas e operacionais**

**9.4.1.** Corrigir, às suas expensas, falhas ou irregularidades na execução dos serviços.

**9.4.2.** Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros.

**9.4.3.** Garantir a adequada execução de todas as etapas do evento.

### **9.5. Obrigações trabalhistas e legais**

**9.5.1.** Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

**9.5.2.** Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação exigidas.

**9.5.3.** Cumprir a legislação aplicável, inclusive normas de segurança e saúde.

**9.5.4.** A CONTRATADA deverá contratar e manter vigente, durante a realização de cada evento, apólice de Seguro de Acidentes Pessoais para todos os atletas inscritos, com coberturas mínimas para morte acidental, invalidez permanente e despesas médico-hospitalares (DMH), bem como Seguro de Responsabilidade Civil (Eventos) para cobertura de danos a terceiros e ao patrimônio público.

### **9.6. Comunicação e controle**

**9.6.1.** Comunicar à Administração qualquer ocorrência relevante que possa impactar a execução.

**9.6.2.** Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitado.

### **9.7. Sustentabilidade e organização**

**9.7.1.** Garantir a limpeza e organização dos locais dos eventos.

**9.7.2.** Promover a adequada destinação de resíduos gerados.

### **9.8. Disposições gerais**





## MINUTA DE CONTRATO

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

**9.8.1.** A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros a responsabilidade pela execução do objeto, salvo nos casos de subcontratação autorizada.

**9.8.2.** A CONTRATADA deverá observar todas as obrigações previstas no Termo de Referência, ainda que não expressamente reproduzidas neste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**10.1.** As partes comprometem-se a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), relativamente aos dados pessoais a que tenham acesso em decorrência da execução deste contrato.

**10.2.** Os dados pessoais tratados no âmbito deste contrato deverão ser utilizados exclusivamente para a execução do objeto contratado, observados os princípios da finalidade, adequação, necessidade e segurança.

**10.3.** É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente permitidas ou mediante autorização expressa da Administração.

**10.4.** A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos ou qualquer forma de tratamento inadequado.

**10.5.** A CONTRATADA deverá garantir que seus empregados, prepostos e eventuais subcontratados observem as normas de proteção de dados pessoais.

**10.6.** Encerrada a execução contratual, a CONTRATADA deverá eliminar ou devolver os dados pessoais a que tiver acesso, ressalvadas as hipóteses legais de conservação.

**10.7.** A CONTRATADA deverá comunicar à Administração, em prazo razoável, a ocorrência de incidente de segurança que possa comprometer dados pessoais relacionados à execução do contrato.

**10.8.** A Administração poderá solicitar informações e comprovações acerca do cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Não será exigida garantia de execução contratual, em razão da natureza do objeto e de sua baixa complexidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1.** Constitui infração administrativa a inexecução total ou parcial do contrato, bem como outras condutas que comprometam a execução do objeto, incluindo:

- a) atraso injustificado na execução;
- b) descumprimento das obrigações contratuais;





## MINUTA DE CONTRATO

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

- c) não manutenção das condições de habilitação;
- d) apresentação de documentação ou declaração falsa;
- e) prática de atos ilícitos ou comportamento inidôneo;
- f) quaisquer outras condutas que prejudiquem a execução do contrato ou o interesse público.

### **12.2. Sanções aplicáveis**

**12.2.** Pela inexecução total ou parcial do contrato, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade.

### **12.3. Multas**

**12.3.1.** A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) **multa moratória**, de 0,5% (meio por cento) ao dia de atraso injustificado, limitada a 15% do valor da parcela inadimplida;
- b) **multa compensatória**, de até 10% sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de inexecução total ou parcial.

### **12.4. Critérios para aplicação**

**12.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a gravidade da infração;
- b) os prejuízos causados à Administração;
- c) as circunstâncias do caso concreto;
- d) a eventual reincidência.

### **12.5. Cumulação**

**12.5.** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível.

### **12.6. Processo administrativo**

**12.6.1.** A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

### **12.7. Reparação de danos**

**12.7.** A aplicação de sanções não exclui a obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato será extinto com o término de sua vigência ou pelo cumprimento integral do objeto, sem prejuízo da apuração de responsabilidades e aplicação de sanções, quando cabíveis.

**13.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo:







## MINUTA DE CONTRATO

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

- a) por ato unilateral da Administração, em caso de inexecução total ou parcial ou por interesse público devidamente justificado;
- b) por acordo entre as partes;
- c) por impossibilidade de execução do objeto;
- d) por insuficiência de recursos orçamentários devidamente comprovada.

**13.3.** A extinção contratual será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.4.** A extinção não impede:

- a) a aplicação de penalidades;
- b) a retenção de valores devidos;
- c) a apuração de danos e eventual indenização.

**13.5.** A extinção contratual não prejudica o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente comprovado e solicitado na vigência do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** O contrato poderá ser alterado, nos termos da legislação vigente, mediante justificativa e formalização por termo aditivo.

**14.2.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar acréscimos ou supressões, até o limite legal, nas mesmas condições contratuais.

**14.3.** Ajustes que não impliquem alteração substancial poderão ser realizados por apostilamento.

**14.4.** É admitida a alteração societária da CONTRATADA, desde que mantidas as condições de habilitação e execução contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício, assim classificadas:

Unidade Orçamentária	Programação	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Ficha
SEM CET				

**15.2.** As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**15.3.** No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.





## MINUTA DE CONTRATO

**Processo Administrativo n. 1567/SEMED/2026**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

**17.1.** Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, e [no Diário Oficial do Município](#).

**17.1.1.** A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**17.2.** O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Cidade de Ouro Preto do Oeste, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

*Ouro Preto do Oeste, maio de 2026.*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:





# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Minuta de Contrato</b>	<b>Anexo IV</b>	<b>14/05/2026</b>

ID: <b>1595054</b>	Processo	Documento
CRC: <b>8CD4440F</b>		
Processo: <b>1-1567/2026</b>		
Usuário: <b>Genefisson Fagundes de Oliveira</b>		
Criação: <b>14/05/2026 13:44:12</b>	Finalização: <b>14/05/2026 13:45:28</b>	

MD5: **A3C742187DBD5317D3FE695BC8071064**

SHA256: **D0E3526481EE9304DDD9B0AE8DFB4C7D817B60CF7FC86775DC22E97981FB7E7A**

Súmula/Objeto:

**Minuta de Contrato**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	14/05/2026 13:44:12
--	---------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	14/05/2026 13:44:12
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Genefisson Fagundes de Oliveira	Agente de Apoio Administrativo	14/05/2026 13:45:38
--	---------------------------------	--------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1595054 e o CRC 8CD4440F.









ID: 1593076 e CRC: 70BBEB9E







Logo da corrida fundo azul



Logo da corrida fundo amarelo





Logo comemorativa



Nossa história. Nossa gente. Nosso futuro

## Elementos - Mapa



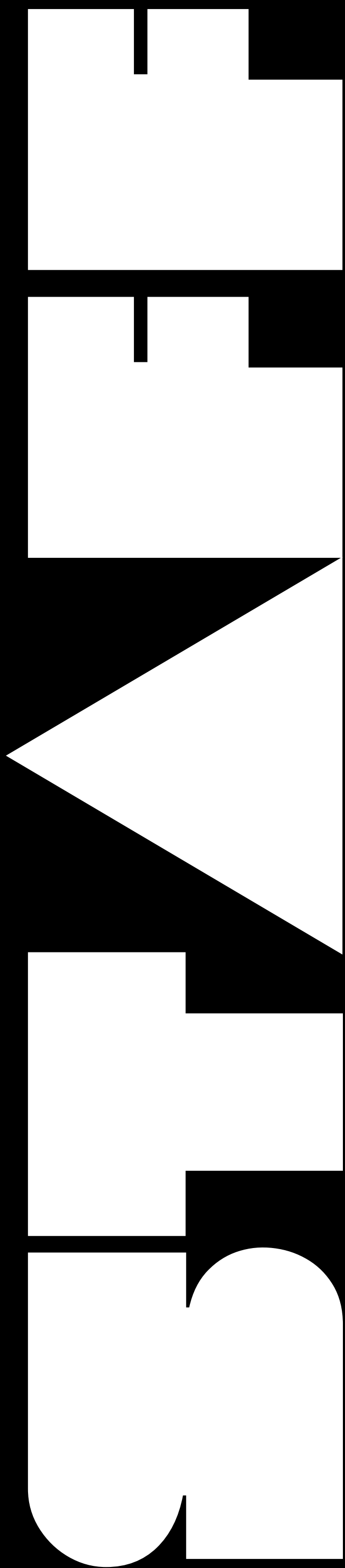


## Elementos - Bandeira





# Elementos - Staff



Texto das mangas e da barra

BRASIL

Bandeira das mangas







# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Modelo de Proposta</b>	<b>Layout Camisetas</b>	<b>13/05/2026</b>

ID: <b>1593076</b>	Processo	Documento
CRC: <b>70BBEB9E</b>		
Processo: <b>1-1567/2026</b>		
Usuário: <b>Ana Paula Alves de Oliveira</b>		
Criação: <b>13/05/2026 11:16:46</b>	Finalização: <b>13/05/2026 13:09:46</b>	

MD5: **324709604D9C78F91F37C15E6394224C**

SHA256: **0E2FA528077BE1449D6B4A4DCC74450CD1C3B6305857D239F1705C80783ECFB8**

Súmula/Objeto:

**Layout camisetas**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	13/05/2026 11:16:46
--	---------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	13/05/2026 11:16:46
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Ana Paula Alves de Oliveira	Coordenador Geral do Esporte	13/05/2026 13:10:56
--	------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1593076 e o CRC 70BBEB9E.



Nossa história. Nossa gente. Nosso futuro



Nossa história. Nossa gente. Nosso futuro



Nossa história. Nossa gente. Nosso futuro



# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Modelo de Proposta</b>	<b>Faixa da Medalha</b>	<b>13/05/2026</b>

ID: <b>1593087</b>	Processo	Documento
CRC: <b>62B8F2D2</b>		
Processo: <b>1-1567/2026</b>		
Usuário: <b>Ana Paula Alves de Oliveira</b>		
Criação: <b>13/05/2026 11:20:22</b>	Finalização: <b>13/05/2026 13:11:08</b>	

MD5:	<b>83DAE7F5482B0BC9515361C416B93D62</b>
SHA256:	<b>8600055E0BE47BC47CEDF9671AFC7A82933E9618C0BB1E945AE847E7EBCA5D8A</b>

Súmula/Objeto:

**Layout Faixa da Medalha**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	13/05/2026 11:20:22
--	---------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	13/05/2026 11:20:22
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Ana Paula Alves de Oliveira	Coordenador Geral do Esporte	13/05/2026 13:11:20
--	-----------------------------	------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1593087 e o CRC 62B8F2D2.



KHEGOOL

GOV  
NIGHT



Nossa história. Nossa gente. Nosso futuro

CHEGADA

GO  
NIGHT



# Município de Ouro Preto do Oeste

04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Modelo de Proposta</b>	<b>Faixa Chegada</b>	<b>13/05/2026</b>

ID: **1593093**

CRC: **7DB3FD67**

Processo: **1-1567/2026**

Usuário: **Ana Paula Alves de Oliveira**

Criação: **13/05/2026 11:21:37** Finalização: **13/05/2026 13:11:28**

Processo



Documento



MD5: **14445AE08C56915EF228EFC301CDB2B2**

SHA256: **0B41A20D4E191DCB2773296B48FFF1613F4BFC96A5E28A40557ECD8D871E3013**

Súmula/Objeto:

**Faixa de linha de largada e chegada**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	13/05/2026 11:21:37
--	---------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	13/05/2026 11:21:37
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS



Ana Paula Alves de Oliveira

Coordenador Geral do Esporte

13/05/2026 13:11:43

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1593093 e o CRC 7DB3FD67.





ID: 1593097 e CRC: 68B2E238





# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Modelo de Proposta</b>	<b>Backdrop</b>	<b>13/05/2026</b>

ID: <b>1593097</b>	Processo	Documento
CRC: <b>68B2E238</b>		
Processo: <b>1-1567/2026</b>		
Usuário: <b>Ana Paula Alves de Oliveira</b>		
Criação: <b>13/05/2026 11:23:30</b>	Finalização: <b>13/05/2026 13:13:21</b>	

MD5: **673FED47463DDE2238E80C3787C34B42**

SHA256: **9495F3D31FA8A7480441FE7CF1B5CDDDFD99881F421FD909CC41F6DE24051C74**

Súmula/Objeto:

**Layout backdrop**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	13/05/2026 11:23:30
--	---------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	13/05/2026 11:23:30
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Ana Paula Alves de Oliveira	Coordenador Geral do Esporte	13/05/2026 13:13:35
--	-----------------------------	------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1593097 e o CRC 68B2E238.

CHEGADA

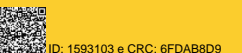
OURO PRETO  
DO OESTE

45  
Anos

DE  
ORGULHO

LARGADA

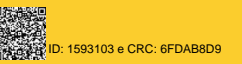
Nossa história. Nossa gente. Nosso futuro



ID: 1593103 e CRC: 6FDAB8D9

# CHEGADA LARGADA

## NIGHT





# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Modelo de Proposta</b>	<b>Portal da Largada e Chegada</b>	<b>13/05/2026</b>

ID: <b>1593103</b>	Processo	Documento
CRC: <b>6FDAB8D9</b>		
Processo: <b>1-1567/2026</b>		
Usuário: <b>Ana Paula Alves de Oliveira</b>		
Criação: <b>13/05/2026 11:24:28</b>	Finalização: <b>13/05/2026 13:13:45</b>	

MD5: **C2A4BBACF7BEE1BC8169074AC2E9B3F7**

SHA256: **363E0B528FBED405268A1A51ABF1A161CE58840CD23060019919C9C12C9A5F77**

Súmula/Objeto:

**Layout Portal de Largada e Chegada**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	13/05/2026 11:24:28
--	---------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	13/05/2026 11:24:28
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 Ana Paula Alves de Oliveira	Coordenador Geral do Esporte	13/05/2026 13:14:00
--	------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1593103 e o CRC 6FDAB8D9.

**45**  
*Anos*  
**DE**  
**ORGULHO**

**GURO**  
**RUN**





# Município de Ouro Preto do Oeste

04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Modelo de Proposta</b>	<b>Sacola Plastica Kit</b>	<b>13/05/2026</b>

ID: **1593452**

CRC: **6332CE84**

Processo: **1-1567/2026**

Usuário: **Ana Paula Alves de Oliveira**

Criação: **13/05/2026 13:09:25** Finalização: **13/05/2026 13:14:45**

Processo



Documento



MD5: **CBEE1862FCC1DE0C3C33BA9C28D5CA62**

SHA256: **344EDCAF0827C739566B11D0F4B5EF26AAD46ED63E09C0362C1BEF677327683D**

Súmula/Objeto:

**Layout sacola plastica para entrega do Kit**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO      Ouro Preto do Oeste      RO      13/05/2026 12:45:56

### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)      13/05/2026 12:45:56

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33      19/05/2026      1598523

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS



Ana Paula Alves de Oliveira

Coordenador Geral do Esporte

13/05/2026 13:14:56

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1593452 e o CRC 6332CE84.

Medalha - 0001

**OURO**  
**RUN**

**0001**

**45**  
*Anos*  
**DE**  
**ORGULHO**

KIT PÓS PROVA - 0001







# Município de Ouro Preto do Oeste

04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Modelo de Proposta</b>	<b>Número de Peito - Chip</b>	<b>13/05/2026</b>

ID: **1593579**

CRC: **F8978083**

Processo: **1-1567/2026**

Usuário: **Ana Paula Alves de Oliveira**

Criação: **13/05/2026 13:23:53** Finalização: **13/05/2026 13:24:02**

Processo



Documento



MD5: **DB0BB0DDC0F85E8EEFAF924C7188FBC1**

SHA256: **C57C7E647811C1D19380803DA519D2F12340852974D303A26E84D72F36C3FCCA**

Súmula/Objeto:

**Layout número de peito**

## INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	13/05/2026 13:20:26
--	---------------------	----	---------------------

## ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	13/05/2026 13:20:26
---	---------------------

## DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

## ASSINATURAS ELETRÔNICAS



Ana Paula Alves de Oliveira

Coordenador Geral do Esporte

13/05/2026 13:24:09

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1593579 e o CRC F8978083.



ID: 1593167 e CRC: E1CDFD22







# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouopretodooeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Modelo de Proposta</b>	<b>Medalha e Troféu</b>	<b>13/05/2026</b>

ID: <b>1593167</b>	Processo	Documento
CRC: <b>E1CDFD22</b>		
Processo: <b>1-1567/2026</b>		
Usuário: <b>Ana Paula Alves de Oliveira</b>		
Criação: <b>13/05/2026 11:40:28</b>	Finalização: <b>13/05/2026 13:14:18</b>	

MD5: **8AABD104D28A7CB33E331AE18552F2C2**

SHA256: **CA95FC1BBF614B54857D016B5CF0B822AD03F782A3ABB952FD1D3345E88C0E83**

Súmula/Objeto:

**Layout Corrida**

### INTERESSADOS

SEMCET - SECRETARIA MUN. DE CULT. ESP. E TURISMO	Ouro Preto do Oeste	RO	13/05/2026 11:36:23
--	---------------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO (CORRIDA DE RUA)	13/05/2026 11:36:23
---	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Edital de Pregão Eletrônico 33	19/05/2026	1598523
--------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Ana Paula Alves de Oliveira	Coordenador Geral do Esporte	13/05/2026 13:14:30
--	-----------------------------	------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouopretodooeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouopretodooeste.ro.gov.br) informando o ID 1593167 e o CRC E1CDFD22.